

Fundação Casa Rui Barbosa
Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento
Título do Projeto de Pesquisa: Africanos, descendentes e comunidades linguísticas no Brasil e no mundo atlântico
Orientador: Ivana Stolze Lima
Bolsista: Elisa Dias Ferreira de Azevedo
Categoria da Bolsa: P4
Relatório Final – Agosto/2014 a Julho/2015

Língua ambunda em foco: nos rastros de Bernardo Maria de Cannecattim

“De tudo, o que fica ponderado, se conclue, que a intelligencia da Lingua Bunda, ou geral do Reino de Angola, he utilíssima, e necessita aos Ecclesiasticos no exercicio do seu ministerio; aos Governadores, e Magistrados na Regencia do Estado, e Administração da Justiça, aos Chefes Militares no acerto do seu Commando, e na felicidade de suas operações; aos Commerçiantes em fim no manejo do seu negocio, sendo huma ruina e huma desgraça, que todas estas pessoas não vejam o objecto de suas funções, senão ao través da opaca sombra de hum Negro interprete”.¹
(Bernardo Maria de Cannecattim)

Durante os mais de vinte anos em que habitou a África Centro-Occidental, Bernardo Maria de Cannecattim compartilhou com os povos falantes da língua bunda – como era então conhecida a língua atualmente designada como quimbundo – vivências múltiplas, que lhes permitiram dedicar-se à compilação de instrumentos que auxiliassem a reverter o quadro geral de desconhecimento e de ignorância de idioma tão caro à propagação do cristianismo no continente africano e ao sucesso dos empreendimentos políticos e econômicos de Portugal no além-mar. Reunindo um conjunto bastante amplo de informações lexicais e gramaticais, publicou, no início do século XIX em Lisboa, o *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina*, de 1804, e a *Colleção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense, e Diccionario abreviado da lingua congueza*, em duas edições, uma de 1805 e a outra de 1859.

Nascido na província de Palermo, Itália, pouco antes de 1750, Bernardo Maria de Cannecattim fez-se capuchinho no ano de 1765, sendo, em seguida, nomeado missionário para Angola, precisamente em 15 de setembro de 1777. À espera da emissão de seu passaporte, a ele entregue somente em cinco de junho de 1778, deixou, em 30 de maio do ano seguinte, a cidade do Rio de Janeiro rumo à missão do Bengo,

¹ CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

localizada próxima à Luanda. Lá permanecendo por quase todo o tempo em que viveu em África, testemunhou notáveis acontecimentos históricos locais como o assalto de milhares de “indígenas” que, sob o comando do Marquês do Mussulo, intentavam atacar Luanda, provisoriamente desguarnecida de soldados. Com vistas a dispersar a contenda, o missionário italiano uniu-se aos habitantes das redondezas para, em 1790, expulsar os invasores da região.²

Designado prefeito das missões de Angola e do Congo³ em agosto de 1792, o padre conservar-se-ia no referido posto por pouco menos de três anos, regressando a Portugal provavelmente em 1800.⁴ De volta à Europa, dedicou-se majoritariamente ao término da compilação do dicionário e das observações gramaticais da língua ambunda, não mais retornando ao continente africano. Aclamado em 30 de maio de 1805 Superior da Casa dos Capuchinhos Italianos de Lisboa, destinada a albergar os missionários vindos da Itália com destino às missões da África Central, continuaria na função no período entre setembro de 1805 e maio de 1815, voltando a ocupá-la talvez em seis de julho de 1821.

A passagem do clérigo pelo Novo Mundo constitui uma importante chave de leitura para recuperar as experiências e as conexões interculturais que caracterizaram o chamado mundo atlântico no decorrer dos séculos. Não eram raras as ocasiões em que homens e mulheres deslocavam-se entre as diferentes sociedades que compunham o Atlântico Sul⁵, quer por razões comerciais, familiares, culturais ou religiosas. Embora se desconheça o motivo pelo qual Cannecattim atravessou o oceano rumo a terras americanas antes de aportar na costa centro-ocidental africana, o seu percurso é muito revelador das redes, das trocas e dos fluxos que interligavam as duas margens do Atlântico.⁶

² FARIA, Francisco Leite de e NEGREIROS, Fernando de. *Os Capuchinhos em Portugal: Memória de um Cinquentenário (1939-1989)*. Lisboa: Difusora Bíblica, 1990.

³ Em determinadas regiões do continente africano, foram estabelecidas prefeituras apostólicas, isto é, circunscrições eclesiásticas que se equiparavam a igrejas particulares e que, na condição de dioceses em formação, não eram governadas, em geral, por um Bispo, mas por um Presbítero, revestido de algumas prerrogativas honoríficas.

⁴ Conquanto seja difícil delimitar com precisão a data do retorno de Bernardo Maria de Cannecattim à Europa, tem-se conhecimento de que “em 28 de Outubro de 1800 já estava em Lisboa, pois nesse dia mandou-se ao Bispo de Angola um requerimento do Padre Bernardo, que se queixava desse Bispo”. (FARIA, Francisco Leite de e NEGREIROS, Fernando de. *Op. Cit.*, p. 97)

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶ FERREIRA, Roquinaldo. *Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Micro-Escala do Tráfico de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX*. In: Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 10, nº 20, Jan. – Jun. 2006, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 33-59.

Os caminhos percorridos pelo capuchinho italiano ilustram a dimensão atlântica das experiências compartilhadas por agentes sociais envolvidos na produção de obras de referência dedicadas a padres e missionários comprometidos com o dever catequético. Nesse sentido, o dicionário e a gramática em questão inserem-se em um contexto mais amplo de elaboração de compilações linguísticas consagradas a descrever, traduzir e sistematizar línguas africanas específicas, fomentando, assim, a doutrinação dos povos “gentílicos”.⁷

As iniciativas no sentido de traduzir a mensagem evangélica para as línguas africanas e de torná-las, ao mesmo tempo, inteligíveis aos eclesiásticos que se aventuravam pela costa e pelos sertões africanos remontam aos anos seiscentos, época em que muitos textos doutrinários em quimbundo e em quicongo foram elaborados, circulando na forma manuscrita ou impressa. Não obstante manifestassem as pretensões comuns da Igreja católica e do Estado português em África, os catecismos, as gramáticas e os dicionários traziam em suas páginas as interpretações de informantes e de “mestres indígenas”, que, por vezes instruídos na função de catequistas na Europa, foram figuras centrais na disseminação da doutrina cristã.

Em 1624, a *Doutrina Cristã*, escrita em Portugal no ano de 1571 pelo padre Marcos Jorge da Companhia de Jesus a pedido do Cardeal D. Henrique⁸, foi “traduzida para a língua do Congo pelos melhores mestres indígenas que havia em São Salvador, devido aos cuidados do jesuíta padre Mateus Cardoso”⁹. Duas décadas depois, foi impresso em Lisboa o primeiro catecismo em quimbundo e em português, *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mistérios de nossa santa fé*, obra dos padres jesuítas Francisco Pacconio (que teria morrido antes de concluir o trabalho) e António do Couto (que se responsabilizaria por terminá-lo, adaptando-o).¹⁰ Anos mais tarde, o

⁷ LIMA, Ivana Stolze. Língua e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII. In: Mattos, Regiane de. *Áfricas: Histórias, identidades e narrativas*. Coletânea organizada a partir da Semana de África da PUC-Rio, maio de 2014 (em processo de publicação).

⁸ Pouco tempo após sua primeira edição, o catecismo de Marcos Jorge foi introduzido no Brasil pelos jesuítas e, em 1574, transladado para o tupi pelo padre Leonardo Vale, também membro da Companhia de Jesus. (CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. IGREJA, EDUCAÇÃO E ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL. POLITEIA: Hist. E Soc., Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, 2007, p. 97)

⁹ SANTOS, Eduardo dos. *As religiões de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1996, p. 46 *apud* REGINALDO, Lucilene. *Op. Cit.*, pp. 22-23.

¹⁰ PACCONIO, Francisco. *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mystérios de nossa Santa Fé*. Obra Póstuma. Lisboa: Lopes Rosa, 1644. Em 1661, o missionário capuchinho Antonio Maria da Monteprandone elaboraria uma versão ampliada do catecismo de Pacconio em latim, publicada sob o título *Gentilis Angollae Fidei Mysteriorum Lusitano olim idiomate per R. P. Antonium de Coucto Soc. Iesu Theologum; Nunc autem Latino per Fr. Antonium Mariam Prandomontanum, Concionatorem Capucinum Admod. Ver. Patris Procuratoris Generalis Commissarij Socium, Instructus, atque locupletatus, Romae*,

missionário capuchinho italiano Giacinto Brusciotto de Vetralla receberia autorização para publicar uma nova edição do catecismo de Mateus Cardoso. Ampliada, a versão de 1650 era apresentada em quatro línguas: latim, italiano, português e quicongo.¹¹ A este conjunto, deve-se acrescentar um vocabulário trilingue, quicongo-latim-espanhol, redigido em 1648 pelo capuchinho Bonaventura de Sardenha em colaboração com Manuel Roboredo, padre natural do Congo, e publicado sob o título de *Vocabularium Latinum, Hispanicum et Congense, ad Usus Missionarium transmittendorum ad Regni Congi Missiones*.¹²

De destacar, ainda, a *Arte da língua de Angola*, que, escrita na Bahia pelo padre jesuíta Pedro Dias e impressa em Lisboa no ano de 1697, é considerada a primeira gramática do quimbundo¹³. Importante registro das formas de circulação e dos usos da língua ambunda no espaço atlântico, a obra também constitui objeto de estudo do projeto de pesquisa “Africanos, descendentes e comunidades linguísticas no Brasil e no mundo atlântico”, sendo ponto de partida para muitas das reflexões em torno da temática da produção de conhecimento sobre as línguas africanas ao longo dos séculos. “Dedicada a Nossa Senhora do Rosário, Mãe e Senhora dos mesmos pretos”, a obra sinalizava a centralidade do orago na catequese jesuítica junto aos povos da África Centro-Occidental e das Américas.¹⁴ Mas não só. A elaboração do primeiro conjunto de

Typis S. Congreg. de Propaganda Fide, 1661. (ALMEIDA, Carlos José Duarte. *UMA INFELICIDADE FELIZ: A imagem de África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do séc. XVI – primeiro quartel do séc. XVIII)*. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia, realizada sob orientação científica da Professora Jill R. Dias, e co-orientação da Professora Maria Carneira da Silva, Julho de 2009, p. 854)

¹¹ O mesmo missionário Giacinto Brusciotto de Vetralla escreveu uma gramática da língua quicongo que veio a ser traduzida pelo bispo D. António Tomás da Silva Leitão e Castro e publicada pela Imprensa Nacional, de Luanda, em 1886, sob o título: *Regras para mais fácil inteligência do difícil idioma do Congo*. A primeira edição havia sido impressa em Roma, na tipografia da Sagrada Congregação da Propaganda, no ano de 1659. (ZAU, Filipe. *Angola: Trilhos para o Desenvolvimento*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 2008, p. 80)

¹² LIMA, Ivana Stolze. Língua e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII. In: Mattos, Regiane de. *Áfricas: Histórias, identidades e narrativas*. Coletânea organizada a partir da Semana de África da PUC-Rio, maio de 2014 (em processo de publicação), p. 12.

¹³ DIAS, Pedro. *Arte da Língua de Angola oferecida a virgem senhora N. Do Rosario, mãy, & senhora dos mesmos Pretos*, Pelo P. Pedro Dias, da Companhia de Jesu. Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Com todas as licenças necessarias. Anno 1697. Disponível em: archive.org.

¹⁴ A devoção à Virgem do Rosário em Luanda esteve muito associada às populações africanas inseridas na experiência da escravidão, quer como cativas, quer como livres. Em 1628, o bispo D. Frei Francisco do Soveral instituiu na cidade uma segunda irmandade do Rosário de devotos negros, que perdurou até, pelo menos, o final do século XVIII. Erigida no interior de uma instituição jesuíta, a confraria revelava a colaboração dos soldados da Companhia de Jesus na propagação do culto à Nossa Senhora do Rosário, invocado pelos escravos nas duas margens do Atlântico. Embora nascida vinculada às marcas da “conversão e do cativo”, a devoção à Virgem do Rosário, preferencialmente negra, não foi exclusiva dos “homens de cor”. Presentes no reino de Angola desde 1649, os capuchinhos construíram um hospício

regras gramaticais da língua ambunda no Brasil, e não em Angola, revela a dimensão da circulação do quimbundo no Brasil nos seiscentos e, igualmente, a intensidade e a frequência das conexões e dos intercâmbios entre duas realidades entendidas antes como complementares do que como isoladas.

Proceder à elaboração de instrumentos que atendessem simultaneamente aos interesses do Estado português e da Igreja católica constituía, porém, grande desafio intelectual para os eclesiásticos, na medida em que se viam diante de numerosos impasses em conciliar as particularidades de idiomas até então nunca decodificados com os referenciais próprios do arsenal gramatical das línguas latinas que já dominavam.¹⁵ Assim sendo, as línguas africanas, de tradição oral, eram transcritas “conforme o saber fonético espontâneo dos falantes”¹⁶, apresentando grande variedade na forma como se apresentavam em cada um dos textos dicionarísticos. Nesse sentido, longe de contemplarem uma dada realidade, fixa e imutável, as obras em foco são reflexo do espaço linguístico-histórico em que se situava o seu autor.

Entendidos numa perspectiva teórico-metodológica discursiva, o *Diccionario da lingua bunda* e a *Collecção de observações grammaticaes* compõem imagens da sociedade angolana do final do século XVIII, forjadas historicamente e determinadas pelas formações sociais e pelos lugares que Bernardo Maria de Cannecattim ali ocupava.¹⁷ Daí a opção por analisar as produções linguísticas em foco tanto como fruto de uma conjuntura específica, quanto como produto do meio social no qual o sujeito da escrita estava inserido. De ressaltar, porém, que, à semelhança de tantos outros impressos similares, as edições coligidas pelo religioso da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos eram resultado de diferentes formas de interação e de embates de comunicação entre grupos sociais distintos, assumindo, pois, a questão da autoria individual uma posição secundária nas reflexões aqui sumarizadas.

em São Paulo de Assunção de Luanda, anexo à capela de Santo Antônio. Ali, foi fundada uma irmandade do Rosário dos brancos, que, para distinguir-se, celebrava as festividades no primeiro domingo do mês de outubro. Há que se ressaltar que, malgrado a importância da Nossa Senhora do Rosário, que difundiu-se pelos sertões africanos, outras imagens católicas foram apropriadas e ressignificadas na África Central, como São Benedito, Santo Elesbão e Santa Efigênia, incorporados ao panteão de divindades locais. (REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandade Negras, Experiências Escravas e Identidades Africanas na Bahia Setecentista*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em março de 2005, pp. 35-40)

¹⁵ Idem.

¹⁶ NUNES, José Horta. Análise do Dicionário. In: NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: Fapesp – São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006, p. 54.

¹⁷ Ibid, p. 19.

A ação expansionista e o processo de montagem do aparato colonialista português em África evidenciam que desde fins do século XV, o recurso ao intérprete era uma importante prerrogativa da presença portuguesa no continente africano. A exploração, o comércio e as posteriores atividades de missão pressupunham que houvesse uma reciprocidade no entendimento entre as diferentes partes envolvidas, sendo o exercício das línguas locais condição fundamental para a viabilidade da empresa colonial. Por isto a crescente vulgarização do uso dos chamados *línguas*. De sublinhar, porém, a relutância de muitos agentes eclesiásticos em valer-se de intérpretes na administração dos sacramentos cristãos, à semelhança de Bernardo Maria de Canneattim, convicto dos males advindos de prática percebida como nociva aos propósitos da Igreja católica em África:

Os interpretes são Negros do Paiz, gente bruta, que ignora da sua propria Lingua uma grande parte, e que da Portugueza apenas sabe os termos mais vulgares, e usuaes. Por estes homens, ou por estes brutos, se ha de anunciar ao Povo a Doutrina da salvação nos seus Dogmas, e na sua Moral; mas succede, frequentemente, que huns taes interpretes, ou não percebem a força, e o verdadeiro espirito das palavras Portuguezas, ou não sabem achar, e escolher na sua Lingua termos, que propriamente lhes correspondão, de que póde resultar o ensinar erros substanciaes, assim a respeito do que devemos crer, como do que devemos obrar. (CANNEATTIM, 1804, p. II)

Todavia, ainda que a aceitação do emprego de intérpretes variasse de acordo com as circunstâncias locais, estes impuseram sua presença, quer fossem bem-vindos, quer não.¹⁸

Na articulação entre o aprendizado da língua *ambunda* e a compilação de livros de caráter pedagógico que serviam à manutenção do domínio colonial, cuja condição básica era justamente a possibilidade de existir comunicação entre os sujeitos sociais em contato, a problemática do reconhecimento do “outro” se fazia presente nas entrelinhas de um discurso que, embora comprometido com a reafirmação das relações de conquista, lançava luz sobre as limitações à consolidação do projeto português no além-mar. De tal modo, o processo de produção de vocabulários e de obras semelhantes era condicionado por inúmeras variantes que extrapolavam o domínio da simples imposição de todo um repertório de crenças e valores ocidentais às populações africanas, abrindo

¹⁸ PINHEIRO, Claudio Costa. Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade. In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do. *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, pp. 29-64.

importantes espaços de negociação e de ressignificação dos códigos culturais em situação de contato.

Assim, a partir das proposições de Olabiyi Yai, o dicionário e a gramática de quimbundo enfocados na presente pesquisa são percebidos não como meros documentos que desvendam as dinâmicas linguísticas próprias de circunstâncias históricas passadas, mas como instâncias denominadas pelo autor de “performances dialógicas no mundo Atlântico”¹⁹. Enquanto tais, os registros da língua ambunda são recontextualizados e introduzidos no ambiente de sua elaboração, evitando-se, pois, generalizações e, por conseguinte, o prejuízo das particularidades tão caras a cada uma das publicações. Ainda que situadas em uma série maior de esforços de decodificação e de normatização de idiomas africanos por missionários e viajantes europeus, as obras de Canneattim retratam as especificidades de sua época, fornecendo subsídios para se pensar qual era o lugar ocupado pelo quimbundo em Angola no último quartel do século XVIII e qual era o significado de dominá-lo, tendo em vista a existência de muitas outras línguas faladas na região.²⁰

Embates de comunicação: as dinâmicas entre o português e o quimbundo na Angola setecentista

Desde os primeiros contatos, o quimbundo manteve-se como o idioma mais falado por europeus, afro-portugueses e africanos em toda a extensão do reino de Angola²¹, sendo, pois, uma língua de amplo uso, isto é, uma língua geral, que representava as interações culturais entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos que, não necessariamente, a tinham como língua materna. “O quimbundo era língua corrente na família patriarcal, mesmo que o chefe fosse branco. E

¹⁹ YAI, Olabiyi. Texts of Enslavement: Fon and Yoruba Vocabularies from Eighteenth- and Nineteenth-century Brazil. In: LOVEJOY, Paul E. (ed.). *Identity in the Shadow of Slavery*, London/New York, 2000, pp. 102-112.

²⁰ Atualmente, o número de idiomas listados para Angola é de 38, dos quais 37 encontram-se em uso e um encontra-se já extinto. Dentre as línguas vivas, seis são institucionais, 17 estão em desenvolvimento, 11 são vigorosas e três estão ameaçadas de extinção. De ressaltar ser o quimbundo classificado como uma língua de ampla comunicação, com cerca de 4 milhões de falantes, isto é, aproximadamente 25% da população do país. Além de apresentar variantes regionais, o quimbundo possui nomes alternativos, tais como Dongo, Kindongo, Loanda Mbundu, Loande, Luanda, Lunda, Mbundu, N’bundo, Nbandu, Ndongo e North Mbundu. (<https://www.ethnologue.com/country/AO>)

²¹ Não obstante a região da cidade de Luanda fosse predominantemente ocupada pela população ambunda, falante do quimbundo, eram atraídos para a sua órbita povos ovimbundos, localizados ao sul e falantes de umbundo, povos bacongós, localizados ao norte e falantes de quicongo, e, por fim, povos lundas, localizados a leste e falantes da língua chôcue. (MARZANO, Andrea. Cantigas desaforadas e outras injúrias: o português e o quimbundo em Luanda (1870-1930). In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (orgs.). *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: NAU, 2014, p. 106)

muitas crenças e costumes africanos permaneciam, sob a capa da europeização”²². Corriqueiro no cotidiano das ruas de São Paulo de Assunção de Luanda, vila fundada em 1576 pelo donatário português Paulo Dias de Novais e alçada à categoria de cidade somente no ano de 1605, o quimbundo penetrava as residências de colonos, onde as senhoras utilizavam-se da língua para se comunicarem com seus escravos domésticos²³ e as crianças eram educadas por mulheres negras, que transmitiam especialmente às garotas, impedidas de frequentarem as escolas públicas, seus costumes e sentimentos. Daí o elevado número de mulheres brancas incapazes de falar e de entender o português.²⁴

A maior familiaridade dos filhos de europeus nascidos em África com a língua ambunda, utilizada corriqueiramente no convívio doméstico com as escravas, é atestada por uma carta de Paulo Dias de Novais de 23 de agosto de 1578 endereçada à dona Gimar de Novais, na qual, em meio a assuntos familiares e administrativos, o então governador geral contava que:

(...) Caterina Alvares pariu um filho e ficou muito mais formosa do que era e sem lustros artificiais e todos os seus meninos [vão] muito bem. E sua Caterina fala ambundo melhor do que quantos negros há em estas partes. (...)²⁵

Ilustrativa dos múltiplos fenômenos de contato entre diferentes línguas próprios de situações sociais muito bem definidas, a correspondência lança luz sobre uma marca fundamental da presença “colonial”²⁶ portuguesa em Angola, qual seja: embora o português fosse a língua oficial da administração e das relações comerciais

²² PEPETELA. *Luandando*. Porto; Luanda: Elf Equitainne A|ngola, 1990, p. 58 *apud* MARZANO, Andrea. *Op. Cit.*, 2014, p. 108.

²³ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange In The Atlantic World: Angola and Brazil During The Era of The Slave Trade*. Cambridge University Press, 2012, p. 139.

²⁴ *Ibid.*, p. 142.

²⁵ Carta de Paulo Dias de Novais, 23/08/1578. BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV, p. 302 *apud* LIMA, Ivana Stolze. Língua e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII. In: Mattos, Regiane de. *Áfricas: Histórias, identidades e narrativas*. Coletânea organizada a partir da Semana de África da PUC-Rio, maio de 2014 (em processo de publicação), p. 17.

²⁶ Dadas as controvérsias em torno da aplicabilidade do conceito de “colônia” para a região de Angola em contextos históricos anteriores ao século XX e a constatação do caráter altamente fluido das dinâmicas socioculturais de Luanda e das áreas circunvizinhas durante as primeiras centúrias de presença portuguesa, optou-se por empregar o termo entre aspas, sublinhando a face minguada e rarefeita da influência administrativa e militar de Portugal no território até as décadas finais dos oitocentos. (FERREIRA, Roquinaldo. *Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Micro-Escala do Tráfego de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX*. In: Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 10, nº 20, Jan. – Jun. 2006, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 33-59)

transatlânticas, a conquista seria majoritariamente assinalada pela crescente disseminação do emprego do quimbundo.²⁷

Igualmente reveladoras do reconhecimento da centralidade da língua ambunda para o bom funcionamento do aparato legal do governo português na região de Angola são as orientações de 1737 de Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general à época. Ao criar o cargo de intérprete e inquisidor judicial para solucionar as contendas em torno das multas e das petições de liberdade a favor de escravizados, o administrador estipulava que a dita função deveria ser ocupada “por pessoa de alto caráter moral e que fosse conhecedora da língua ambundu”²⁸. Para o mesmo período, porém, há referências a determinadas circunstâncias nas quais não bastava ao inquiridor dominar apenas o quimbundo, havendo, por vezes, a necessidade de admitir-se um número maior de intérpretes.

Tratando do chamado *tribunal de mucanos*, incorporado ao sistema “colonial” português em meados do século XVII, Roquinaldo Ferreira recupera o exemplo do padre Pantaleão Rodrigues de modo a ilustrar o papel desempenhado pelos “inquiridores das liberdades” no âmbito de um dispositivo derivado de práticas ambundas que, embora concebido como ferramenta legitimadora da escravidão, provia às populações nativas oportunidades de desafiar a instituição escravista e de garantir a liberdade. Renomeado para exercer o ofício de intérprete dos cada vez mais frequentes litígios que tinham lugar na cidade de Luanda e arredores – ofício este por ele ocupado desde o ano de 1738 –, Rodrigues assistiria, em meados dos setecentos, ao rearranjo das audiências, sobretudo no que diz respeito ao quadro de encarregados da criação de uma linguagem de compatibilidade entre os falantes de diferentes línguas:

“Para que os depoimentos das testemunhas e dos escravos pudessem ser compreendidos, e uma vez que os escravos davam testemunhos em línguas que os juízes eram incapazes de entender, outro cargo de intérprete foi criado... Estes intérpretes serão eclesiásticos e receberão anualmente quarenta mil réis.”²⁹

²⁷ VANSINA, Jan. Portuguese vs Kimbundu: Language Use in the Colony of Angola (1575 - c.1845). *Bulletin des Séances Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer* 47 (2001:3) 267-281.

²⁸ HEYWOOD, Linda M. De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 101-124.

²⁹ Tradução livre da autora feita a partir de Roquinaldo Ferreira, uma vez que não tivemos acesso ao texto original do documento citado: “In order for the testimonies of witnesses and slaves to be understood, and since slaves give testimonies in languages that judges could not understand, another position of interpreter was created. These interpreters will be ecclesiastics and will be paid forty thousand *réis* each annually.” (“Provisão Régia” on July 10, 1752, BNRJ, cód. I-12, 3, 31, fls. 105v.-106v. *apud* FERREIRA, Roquinaldo. *Op. Cit.*, p. 2012, p. 107)

Além de estipular um ordenado para os eclesiásticos que atuavam como intérpretes no *tribunal de mucanos*, a administração política portuguesa ampliou o quadro de “inquiridores das liberdades”, uma vez que o padre Rodrigues, apesar de falar o quimbundo, ignorava as demais línguas locais.

Mas nem sempre a tolerância era a norma. Se por vezes o emprego do quimbundo era aceito e, inclusive, incentivado pelos governadores gerais e pelos colonos portugueses, não foram incomuns as tentativas por oficiais da Coroa de banir o seu uso, ainda que estas tenham sido, em sua grande maioria, frustradas. Já na década de 1680, os missionários foram instruídos por Lisboa a conduzirem o seu trabalho na língua portuguesa, sendo o sermão em língua ambunda proibido quase um século depois, no ano de 1760. Anos mais tarde, o então governador geral Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ordenou que, a partir de 1765, o ensino das crianças fosse feito em português, com vistas a difundir sua influência pelos sertões africanos, além de vetar os entambes³⁰, afirmando a falta de propósito e de discernimento dos contingentes de brancos que ali se faziam presentes: “Os brancos (e eu digo isso com horror) participam [em *entambes*] sem razão ou discernimento”³¹.

As determinações, no entanto, não foram satisfatórias para suprimir o quimbundo, que se impôs e perdurou no decorrer dos séculos não apenas na cidade de Luanda, mas também em outros centros urbanos, como atesta o governador de Benguela, lamentando que em 1800 muitos “naturais da terra” não participavam das missas rezadas em português, tampouco se confessavam aos capelães de navios portugueses ali aportados por não haverem aprendido o idioma lusitano.³²

Língua da administração e do comércio, basicamente restrito ao trecho entre o porto e áreas adjacentes e o oceano Atlântico, o português esteve cercado pelo quimbundo nas diferentes esferas da vida cotidiana, muito em razão da ausência de um sistema escolar efetivo em Luanda. Desde a fundação do Colégio Jesuíta na década de 1620, o ensino esteve principalmente sob a responsabilidade dos soldados da Companhia de Jesus, malgrado a existência de tutores patrocinados por outras ordens

³⁰ Entambes eram cerimônias religiosas realizadas durante os funerais, caracterizadas por lamentos proferidos em quimbundo pelos escravos dos defuntos e que findavam no oitavo dia com uma missa. (REGINALDO, Lucilene. *Op. Cit.*, p. 33)

³¹ Tradução livre da autora feita a partir de Roquinaldo Ferreira, uma vez que não tivemos acesso ao texto original do documento citado: “Whites (and I say it with horror) participate [in *entambes*] without reason or discernment”. (“Cópia de Bando” on January 9, 1765, AHU, Angola, cx. 49, doc. 4; “Bando” on January 10, 1769, BNL, cód. 8554, fls. 22–4 *apud* FERREIRA, Roquinaldo, *Op. Cit.*, 2012, p. 186)

³² HEYWOOD, Linda M. *Op. Cit.*, pp. 114-115.

religiosas, sobretudo a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, cuja atuação em África esteve concentrada especialmente em regiões mais distantes do litoral, diferentemente dos carmelitas, dos dominicanos, dos franciscanos e dos próprios jesuítas, presentes na África Central desde o século XVI.³³

Atestando a antiguidade e a importância do trabalho missionário dos jesuítas no reino de Angola, a instituição facultava o ensino de gramática, humanidades e teologia moral, além de prover o ensino profissional, até então inexistente. Em meio a uma conjuntura assinalada pela carência de escolas para o aprendizado das primeiras letras e de estabelecimentos de ensino secundário, bastante precários até cerca de 1920³⁴, pois, o Colégio Jesuíta teve grande contribuição para a instrução pública³⁵, suprimindo, inclusive, por um longo período, a falta de seminário em Luanda, fundado tão-só no ano de 1853. Destinado a formar clérigos para atuar nas dioceses de Angola e de S. Tomé, começaria a funcionar, porém, somente nove anos mais tarde em razão da deficiência de professores capacitados.³⁶

De sublinhar, ainda, que, diante das inúmeras críticas que recaíam sobre os jesuítas, acusados de maior dedicação aos negócios temporais em detrimento da vida espiritual³⁷, a exaltação das atividades levadas a cabo em seu colégio para o êxito da ordem “colonial” portuguesa estamparia, por vezes, as correspondências encaminhadas às autoridades, como consta da carta dos padres da Companhia de Jesus a Pires de Saldanha de Sousa e Meneses, governador e capitão-general de Angola, datada de dois de novembro de 1678. Nesta, defendia-se a importância de seus feitos no território, enfatizando-se a notável serventia de seus serviços à doutrinação e à instrução, mecanismos essenciais ao enraizamento das missões entre as populações “gentílicas”:

“(…) Com tanta utilidade, é cousa patente a todos; pois além da doutrina, e boa criação da juventude (o que não custa pouco [p. 455] trabalho aos Mestres, porque as indoles

³³ GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita: Missionários Capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 2008, pp. 57-58; GABRIEL, Manuel Nunes. *Angola, Cinco séculos de Cristianismo*. Queluz: Literal, s/d, p. 202.

³⁴ MARZANO, Andrea. Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda. In: MELO, Victor Andrade de.; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (orgs.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 74-75.

³⁵ GABRIEL, Manuel Nunes. *Op. Cit.*, p. 107.

³⁶ DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Volume X: O Império Africano, 1825-1890. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 513-514.

³⁷ Sobre a multiplicidade da presença católica no continente africano e as inúmeras divergências entre os diferentes grupos de religiosos dedicados à conversão das populações da África Centro-Occidental ver: OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Cristandade controversa: jesuítas x capuchinhos na cristianização da África Centro-Occidental durante o século XVII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

não são como dos naturaes de Lisboa). É dito commum, que os filhos dos brancos não saberião falar a lingua portugueza, se na escola, e classe a não aprendessem (...).”³⁸

Se por um lado os jesuítas orgulhavam-se de educar os filhos de europeus, que, na sua perspectiva, não falariam português caso ali não obrassem, por outro não hesitavam em reafirmar o domínio sobre as línguas centro-africanas e o pioneirismo na elaboração de catecismos, gramáticas e dicionários em quicongo e em quimbundo, acentuando o seu sucesso face ao desafio de transcrever idiomas até então nunca decodificados. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, outros ventos começariam a soprar, testemunhando-se uma reconfiguração dos embates de comunicação e das formas de circulação do quimbundo e do português na cidade de Luanda e arredores, muito condicionada por uma considerável inflexão nas proposições metropolitanas assistidas durante o reinado de D. José I. Inflexão esta que ganhou novo fôlego com as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal ao assumir o cargo de primeiro-ministro do rei em dois de agosto de 1750.

Das inúmeras medidas pombalinas promovidas no âmbito das diversas áreas da sociedade portuguesa e estendidas aos domínios de Portugal nas Américas e em África, há que se ressaltar as deliberações no sentido de valorizar e de expandir a língua portuguesa, a exemplo da Lei do Diretório que, promulgada em três de maio de 1757, tinha como um dos seus principais objetivos a vulgarização do português no Brasil, em prejuízo das línguas indígenas³⁹, e a expulsão dos jesuítas de todos os territórios sob domínio português no ano de 1759, decreto que tornaria ainda mais crítica a aprendizagem da língua portuguesa em Angola e que acarretaria o desmantelamento do referido Colégio Jesuíta.⁴⁰

Diante da lacuna deixada pelo sistema jesuítico de ensino e do projeto pombalino de modernização em prol do desenvolvimento da economia portuguesa e do fortalecimento da monarquia absolutista, surgiu, pois, a necessidade de implantação de

³⁸ Carta dos padres da Companhia ao governador de Angola, 02/11/1678. BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana*, vol. XVIII, pp. 455-457 *apud* LIMA, Ivana Stolze. Língua e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII. In: Mattos, Regiane de. *Áfricas: Histórias, identidades e narrativas*. Coletânea organizada a partir da Semana de África da PUC-Rio, maio de 2014 (em processo de publicação), p. 18.

³⁹ "Diretorio, que se deve observar nas povoações dos Indios do Pará, Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrario", in *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva, vol. 1750-1762, Lisboa, 1830, pp. 507-530 *apud* RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. *Humanidades*, vol. I, n.º. 4, julho/setembro de 1983, p. 33.

⁴⁰ FERREIRA, Roquinaldo, *Op. Cit.*, 2012, p. 141.

um novo modelo educacional, que suplantasse a insuficiência da estrutura escolar luandense. Assim, durante a vigência do governo levado a cabo por Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, na década de 1770, foram fundadas duas escolas públicas, uma para as crianças “pobres” e outra para as crianças “ricas”. Três anos depois, frequentavam as instituições em torno de 100 alunos, dos quais a maioria eram negros e mestiços. Importante ressaltar que, embora autorizados a cursarem as classes desde que seus senhores permitissem, os escravos teriam o acesso aos colégios negados em todas as ocasiões.⁴¹

Todavia, as tentativas de reverter o quadro generalizado de precarização da instrução pública mostraram-se efêmeras. Tentativas estas que ganhariam novo fôlego no mandato de António Saldanha da Gama (1807-1810), ainda que sem maiores sucessos. A consolidação de tais esforços ocorreria somente em meados dos oitocentos, quando da publicação do decreto de 16 de agosto de 1845, que previa a introdução da instrução pública nas províncias ultramarinas. Fundar-se-ia, assim, a «Escola Principal de Instrução Primária», que, no período de 1840 a 1880, mantinha entre 100 e 200 alunos, dos quais a minoria eram europeus: “Em Janeiro de 1847, a Escola Principal de Instrução Primária em Luanda contava 106 alunos na primeira classe, incluindo 15 brancos. Em 1872, a mesma escola tinha 101 alunos, quase todos negros e mestiços, salvo 15/18 brancos, filhos de degredados”⁴².

As profundas mudanças na política metropolitana seriam igualmente sentidas no tom das autoridades, que já não ufanavam-se do trânsito linguístico dos colonos portugueses, como antes o fizera Paulo Dias de Novais. Em 1765, Francisco Inocêncio de Souza Coutinho dizia:

“É inaceitável que as famílias nobres brancas não usem o português em casa e não ensinem os seus filhos a falarem esta língua, privando-os, assim, das úteis lições que poderiam obter através da leitura de bons livros, preferindo, em vez disso, a língua abundante, que é necessária somente nos sertões”.⁴³

⁴¹ FERREIRA, Roquinaldo, *Op. Cit.*, 2012, p. 142.

⁴² AHU, CG, Angola, pasta 42, carta do bispo de Angola ao ministro, 1918/1872 *apud* DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.). *Op. Cit.*, p. 516.

⁴³ Tradução livre da autora feita a partir de Roquinaldo Ferreira, uma vez que não tivemos acesso ao texto original do documento citado: “It is very unacceptable that noble white families do not use the Portuguese language at home and do not teach their offspring to speak that language, thus preventing the latter from the useful lessons they could draw from reading good books, choosing instead the Quimbundo language, which is necessary only in the sertões.” (“Bando” on January 9, 1765, AHU, Angola, cx. 49, doc. 4. See also Carlos Couto, *Os Capitães Mores em Angola no Século XVIII* (Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972), 65–6 *apud* FERREIRA, Roquinaldo, *Op. Cit.*, 2012, p. 140)

Duas décadas depois, o Desembargador e Ouvidor-Geral de Angola lamentava o uso generalizado da língua ambunda, situando a sua disseminação entre as questões que mais inquietavam os representantes da Coroa portuguesa.⁴⁴

Cada vez mais associado à suposta superioridade “colonial” que legitimava a presença europeia em África, o domínio do português não suplantou, no entanto, o quimbundo, que continuava muito presente em Luanda e em outras áreas de influência portuguesa em Angola, sobretudo no âmbito das relações domésticas e sociais. Mas não só. Ainda muito vigorosas no último quartel do século XVIII, as controvérsias em torno do método mais eficaz na divulgação da doutrina católica entre as populações que habitavam áreas mais afastadas do litoral afligiam o Estado português e a Igreja católica, que se defrontavam, apesar de indiretamente, com os empecilhos à transmissão dos ensinamentos cristãos aos povos centro-africanos, potencializados pela exigência de que a missionação e a conversão fossem realizadas nos próprios idiomas nativos. Era imperativo, portanto, criar mecanismos que fomentassem a doutrinação da gente nativa, avaliada como insatisfatória aos olhos da plêiade de clérigos e demais funcionários da administração local. Bernardo Maria de Cannecattim, à semelhança de tantos outros sacerdotes que seguiriam seus passos, se lançaria ao desafio.

A língua “bunda” por Bernardo Maria de Cannecattim

Com vistas a melhor compreender a função e o significado social do quimbundo através das obras *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina*, de 1804, e *Colleção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense*, e *Diccionario abreviado da lingua congueza*, em duas edições, uma de 1805 e a outra de 1859, procedeu-se à leitura atenta dos prefácios de ambas as publicações, entendidos, na esteira das proposições de José Horta Nunes, como domínios discursivos que permitem recuperar não apenas a historicidade do processo de escrita, mas também as dinâmicas próprias à conjuntura na qual se inscreve o autor. Nas palavras do linguista:

Os prefácios, vistos aqui amplamente como os trechos introdutórios de um dicionário, constituem material fundamental para a análise das condições de produção do discurso e da posição do lexicógrafo. Lá os autores se colocam, construindo as imagens dos

⁴⁴ “Ofício do Desembargador Ouvidor Geral de Angola” on March 20, 1784, AHU, Angola, cx. 68, doc. 46 *apud* FERREIRA, Roquinaldo, *Op. Cit.*, 2012, p. 140

leitores e as do dicionário: o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere (...). Este aspecto da posição do lexicógrafo refere-se ao que, a partir desta posição, se diz (ou não diz) sobre a língua, o dicionário e seus interlocutores. Sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização (...).⁴⁵

No *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina*, Bernardo Maria de Cannecattim, em dedicatória a D. João VI, então príncipe regente de Portugal, deixa transparecer suas principais motivações para a realização de trabalho, aos seus olhos, tão árduo e de tanta serventia pública:

A longa habitação de mais de vinte anos no Reino de Angola me fez entender, que o conhecimento da Lingua Bunda, ou do Paiz he não só indispensavel ao exercicio, e propagação do Christianismo naquella dilatada Conquista, mas tambem de muita utilidade aos seus interesses politicos, e commerciaes; porém, ao mesmo tempo observei, que havia quasi huma total ignorancia deste Idioma com detrimento manifesto da Religião, e do Estado. (CANNECATTIM, 1804, s/p)

Numa nítida alusão à íntima aproximação que o conhecimento linguístico e a doutrinação cristã resguardavam e imbuído de um discurso permeado por concepções etnocêntricas das sociedades africanas e de suas línguas, o missionário capuchinho se propõe a elaborar um vocabulário de quimbundo que, comportando três colunas, a primeira destinada às palavras em português, a segunda às palavras em latim e a terceira às palavras em quimbundo⁴⁶, suprimisse a carência de estudos mais detidos em torno da chamada língua bunda ou angolense. Carência esta que, fomentando a ignorância deste idioma por eclesiásticos e administradores “coloniais”, caminhava na direção contrária do projeto de evangelização das populações africanas e de disseminação do catolicismo no continente.

Preocupado em justificar ao público europeu as razões pelas quais se dedicara à tradução de uma língua africana para o português – o que não seria necessário caso se tratasse de “idioma de huma Nação culta, e civilizada”⁴⁷ –, já nas primeiras linhas do prefácio, o padre reitera o caráter utilitário do conhecimento do quimbundo à penetração da religião cristã no reino de Angola e à concretização dos interesses políticos e comerciais da metrópole portuguesa na região. À difusão do cristianismo no continente africano, cria-se ser fundamental, pois, a compreensão mútua entre os missionários

⁴⁵ NUNES, José Horta. *Op. Cit.*, p. 33.

⁴⁶ Para a expressão “Amor de Deus”, por exemplo, as três colunas, portuguesa, latina e bunda, trazem as seguintes palavras respectivamente: “Amor de Deos”; “Amor Dei” e “H’ênda riá Zâmbi”.

⁴⁷ CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Diccionario da Lingua Bunda, ou Angolense, explicada na portugueza, e latina*. Lisboa: Impressão Régia, 1804, s/p.

européus e o “rebanho africano”. Daí a relevância de se formarem mestres capacitados e de se elaborarem livros para auxiliarem os sacerdotes regulares e seculares a exercerem a sua missão em África. Importante destacar que a ênfase no domínio das línguas africanas como requisito imprescindível ao êxito da empresa “colonial” no além-mar constituiu uma máxima recorrente dos textos introdutórios dos catecismos, gramáticas, dicionários e obras similares.

Além de representar um obstáculo ao trabalho evangelizador, o desconhecimento do quimbundo acarretava, nas palavras de Canneattim, o emprego, a contragosto, de intérpretes, alvos constantes de desconfiança:

Daqui nasce: sujeitarem-se precisamente ao uso dos interpretes, pelos quaes se persuadem entenderem, e serem entendidos pelo Povo, fazendo estes homens hum adminiculo indispensavel no ministerio da Palavra, e na propria administração dos Sacramentos. Porém eu não posso mostrar, sem huma viva dor, a insufficiencia, e os males gravissimos deste meio na pratica da Religião em Angola, como eu mesmo vi, e experimentei. (CANNECATTIM, 1804, p. II)

O incômodo do sacerdote frente à comunicação por intermédio de intérpretes, porém, não se restringia ao âmbito sagrado, temendo-se que as relações econômicas entre os administradores europeus e as chefias africanas estivessem à mercê das “deturpações” grassadas por “pretos venais”, quer por ignorância, quer por corrupção. De ressaltar a possibilidade de entender a menção ao desconhecimento de determinada língua local pelos intérpretes em termos da existência de uma variedade linguística na região, que, por vezes, constituía um empecilho à comunicação.

O sucesso das batalhas militares, a transcrição das representações e dos requerimentos feitas pelos nativos aos chefes do governo e a tradução dos processos civis e criminais dos povos ambundos estavam condicionados ao bel-prazer do intérprete, que, se “(...) apaixonado ou vencido contra qualquer litigante, elle então vem a ser o arbitro da sua fazenda, da sua honra, ou da sua vida, transtornando, como quer, os ditos das testemunhas”.⁴⁸ Em outras palavras, resguardar a “negros venais” funções tão essenciais ao bom funcionamento da administração portuguesa em África pressupunha correr riscos e, muitas vezes, comprometer o bem público e a justiça. No ramo do comércio, predominaria, na perspectiva do capuchinho, a mesma lógica que regia as demais esferas da vida social, qual seja, era de se esperar que a dependência

⁴⁸ CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Op. Cit.*, 1804, p. IV.

com relação aos intérpretes implicasse em maus acordos mercantis, alargando as barreiras às negociações e causando maiores prejuízos para a Fazenda.

Este quadro pintado por Bernardo Maria de Cannecattim nos remete aos conflitos de autoridade envolvendo o Estado português e as leis costumeiras africanas na região de Angola, intensificados com a expansão do trato oceânico nas décadas finais dos setecentos. Característica do século XVIII, a maior centralização política de Portugal e os inúmeros esforços no sentido de impor uma língua unificada, “forjando a fixidez escrita onde há variedades, memórias e experiências fluidas”⁴⁹, se defrontavam com uma série de práticas locais que se impunham não só ao sistema legal português implantado em África, mas também àqueles que se propunham à decodificação e à produção de conhecimento de línguas africanas. Comum aos catecismos, gramáticas e vocabulários da época, o desafio intelectual de submeter idiomas como o quimbundo a um regime de regularidade assume, nas obras em foco, um importante diferencial, qual seja: a incorporação da questão do Estado ao discurso que legitimava o aprendizado da língua ambunda.

Dos benefícios advindos do aprendizado da língua ambunda e da consequente superação do uso de intérpretes para o bem estar do corpo político e religioso europeu emerge no discurso de Cannecattim a compreensão do quimbundo como língua geral em Angola, isto é, uma língua de grande circulação que exprimia os fenômenos de contato intercultural:

Nem he de pequena extensão o terreno, em que esta Lingua se falla, como farei brevemente ver, servindo á curiosidade do Leitor, e, recommendando ao mesmo tempo ainda mais a importancia da obra. Falla-se a Lingua Bunda em todo o Paiz, que se chama Reino de Angola, ou Reino dos Abundos, que comprehende um territorio de maior extensão que Portugal.

Ainda que o Reino de Angola pela costa não se estende a mais de quarenta a cinquenta legoas, com tudo dilata-se muito para dentro do Sertão; e tanto que, em Cassanc’i, que he a Feira mais entranhada nelle, fallão aquelles Povos a Lingua Bunda, como fui certificado por varios Pombeiros, que havião estado naquellas partes fazendo negocio de escravatura, cêra, e marfim.

(...) de sorte que em todos os Districtos, Feiras, Presidios, e Freguezias dos tres Rios Cuanza, Senza e Dande, e, ainda os Povos do Rio Luffuni (exceptuando os moradores da Bança do Libungo, que fallão em Lingua do Congo) todos se explicão em Bundo até ao Presidio das Pedras de Encogi, onde huns falão a Lingua Bunda, e outros a do Congo. (CANNECATTIM, 1804, pp. VI-VII)

⁴⁹ LIMA, Ivana Stolze. Língua e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII. In: Mattos, Regiane de. *Áfricas: Histórias, identidades e narrativas*. Coletânea organizada a partir da Semana de África da PUC-Rio, maio de 2014 (em processo de publicação), p. 14.

Em certa medida, a abrangência espacial do quimbundo, bastante extensa, se refletia no significativo alcance do referido idioma nos vários domínios da vida cotidiana. Primordial ao estreitamento dos laços comerciais entre homens nascidos na Europa e as autoridades africanas, o entendimento da língua ambunda era igualmente benfazejo ao Estado português e à Igreja católica, cuja colaboração no tocante à atuação nos territórios ultramarinos, datada de princípios da expansão marítima lusitana, tinha nos missionários importantes agentes não apenas da evangelização dos nativos, mas também da educação e da instrução das povoações africanas.

Era esta, pois, a paisagem que ensejava a escrita do primeiro dicionário de quimbundo de que se tem notícia:

Estes motivos, capazes certamente de tocarem hum Ministro da Religião, e hum Membro do Estado, me movêrão a compôr o presente Diccionario da Lingua geral de Angola, para cuja intelligencia não havia soccorro algum. He inutil entreter-me em mostrar o trabalho, e difficuldade desta obra; porque o ignorante já mais a poderá avaliar, e o sabio conhece os embaraços, que encerra escrever o primeiro vocabulario de hum Idioma, cuja indole, e extensão he desconhecida. (CANNECATTIM, 1804, p. V)

Assim, embora muitas fossem as dificuldades que se impunham à composição de um dicionário da língua geral de Angola, Bernardo Maria de Cannecattim foi precursor no trabalho de traduzir inúmeras palavras a partir do português (língua do governo) para o latim (língua escrita católica) e, em seguida, para a língua ambunda. Neste processo residiria justamente a sua particularidade. Na perspectiva de Lia Ramos Jordão, tal procedimento facilitaria, evidentemente, o aprendizado do idioma local pelo europeu, sem que existisse, no entanto, a preocupação de traçar o percurso inverso a fim de permitir aos falantes de quimbundo recorrer à obra para aprender a língua do governo metropolitano: “Neste caso, ele teria que saber ler e buscar em 700 páginas, no campo traduzido, que não tem ordenamento alfabético, a palavra conhecida, para enfim encontrar a sua tradução”⁵⁰.

A *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense, e Diccionario abreviado da lingua congueza*, por sua vez, dividida em duas partes, como sugere o próprio título, e cujo principal objetivo era oferecer novos subsídios à inteligência do quimbundo, servindo como uma espécie de adendo ao vocabulário, apresenta nítidas semelhanças com a publicação anterior, especialmente no que se refere às problemáticas abordadas pelo missionário italiano nas cartas dedicatórias a D. João

⁵⁰ JORDÃO, Lia Ramos. *Nada de Intérpretes*. Revista de História, 01/05/2012.

VI e nos prefácios de ambas as obras. A ignorância da língua ambunda e as suas graves implicações ao avanço do catolicismo e aos propósitos políticos e econômicos da Coroa portuguesa, o problema do recurso aos intérpretes nativos na mediação entre grupos europeus e africanos e, ainda, o empenho do sacerdote em forjar instrumentos capazes de reverter o quadro de desconhecimento de idioma tido como tão caro à administração da justiça e às empresas militares são algumas das tônicas retomadas. E não poderia ser diferente, dado o comprometimento das ordens religiosas com a propagação da fé cristã entre os povos retratados como bárbaros e incivilizados. Daí a necessidade da intervenção apostólica europeia.

Contudo, não são apenas as similaridades que saltam aos olhos dos leitores dos textos introdutórios dos dois exemplares consultados. Para além de servir aos interesses comuns do Estado português e da Igreja católica, o conhecimento do quimbundo assume, na publicação de 1805, o atributo de artifício fundamental aos progressos da agricultura, “o primeiro e mais solido manancial das riquezas do Estado”⁵¹:

Sendo esta [a língua ambunda] entendida, e facilitada em consequencia a conversação com os negros, que utilíssimos descobrimentos se não fariam de plantas e raizes medicinaes, de madeiras preciosas, de importantissimos mineraes, de uma variedade immensa e desconhecida de animaes; em uma palavra, de productos raros e apreciaveis em todos os tres reinos da natureza? (CANNECATTIM, 1859, p. V)

Mas quais seriam as razões para a maior atenção dada à agricultura? Conquanto seja difícil responder a tal questionamento, o contexto histórico de produção das obras revela importantes pistas. Na esteira das reformas administrativas propostas por Pombal e dos eventos que agitavam a conjuntura mundial, como a Revolução Francesa e a revolta dos escravos de São Domingos, em 1792, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e Ministro do Ultramar e da Marinha do Estado português na última década do século XVIII, empreendeu uma política que, visando à modernização do Império e à diversificação econômica investiu largamente na difusão de conhecimentos técnicos e práticos em toda a extensão de terras sob domínio luso:

Nesse projeto iluminista de Estado, a ciência ocupava um papel central, como se – exagerando um pouco – todos os dilemas do Império pudessem ser resolvidos por meio da pesquisa de gêneros da natureza economicamente exploráveis; ou pela atualização

⁵¹ CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense, e Diccionario abreviado da lingua congueza*. Lisboa: Impressão Régia, 2ª edição, 1859, p. V

das técnicas agrícolas, seguindo modelos aplicados por outras metrópoles em suas colônias.⁵²

Em conformidade com a nova configuração assumida pela empresa transatlântica portuguesa nos anos finais dos setecentos, uma série de trabalhos sobre medicina, navegação e agricultura foram publicados em Lisboa entre 1799 e 1801 pela Casa Literária do Arco do Cego, cujo programa editorial fora idealizado por José Mariano da Conceição Veloso, frade franciscano nascido na capitania de Minas Gerais que, encaminhado para integrar a Academia de Ciências da capital lisbonense, estabeleceu forte vínculo com Rodrigo de Sousa Coutinho. Dedicando-se à divulgação de obras científicas de autores brasileiros e portugueses, Veloso também foi responsável por muitas compilações e traduções de livros escritos em língua inglesa, francesa e alemã.

Apesar do intenso ritmo das atividades do Arco do Cego, expresso na impressão de mais de 80 obras em apenas três anos, e do incansável trabalho do seu editor e diretor, a editora nunca chegou a ser economicamente rentável, sendo extinta em dezembro de 1801. Todavia, o deslocamento de seu espólio bibliográfico, de suas oficinas e de seus pertences para a Imprensa Régia e a promulgação de determinações que previam o comprometimento desta com o prosseguimento do programa editorial do Arco do Cego e com a publicação das obras em andamento, sobretudo os livros botânicos de Veloso, significaram, de algum modo, a sobrevivência da Casa Literária, mesmo após a sua extinção formal.

Mais uma vez, a proximidade do frade franciscano com Rodrigo de Sousa Coutinho – então à frente da Secretaria da Fazenda, à qual a Imprensa Régia estava subordinada – lhe abriria novas oportunidades no ramo editorial. Nomeado juntamente com Hipólito Ferreira da Costa membro da Junta Administrativa, Econômica e Literária, incumbida de gerir a tipografia régia, Veloso permaneceria nessa função até 1808, data de regresso ao Brasil. Dito isto, o *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina* e a *Collecção de observações grammaticaes* – livros publicados na Imprensa Régia de Lisboa – inserem-se no amplo conjunto de obras editadas na primeira década do século XIX pelo frei Veloso.

⁵² WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), 2004, p. 132.

Não obstante se tratasse de um período assinalado pelo forte recrudescimento do comércio de escravos através do oceano Atlântico – entre 1801 e 1850 foram embarcados na África 1.097.166 cativos para o Brasil⁵³ –, as iniciativas no sentido de substituir do trato oceânico de escravos pelo chamado “comércio legítimo”, isto é, pela exportação de produtos vegetais, inauguradas com a aprovação do Ato para a Abolição do Tráfico de Escravos pelo parlamento britânico no ano de 1807 indicavam a crescente busca por alternativas econômicas por parte das diferentes nações europeias. Para tal, o aperfeiçoamento de técnicas que, divulgadas, tenderiam ao melhor aproveitamento da natureza se fazia imperativo.

Ao postular a dependência europeia quanto às notícias sobre a exuberância animal, mineral e vegetal do reino de Angola que detinham as populações locais, Bernardo Maria de Canneattim coloca em evidência outra face da colonização portuguesa em África, muitas vezes oculta na produção escrita de viajantes e missionários nascidos na Europa que, diante do desconhecido, fascinavam-se e horrorizavam-se, numa relação caracterizada pela ambiguidade. Imprescindível à reunião de informações mais precisas sobre as potencialidades terrestres, a conversação com os nativos, retentores dos conhecimentos necessários à prosperidade agrícola do território angolano, deveria ser feita não em português, mas em quimbundo:

Como a agricultura em Angola é toda feita pelos negros, nunca pôde dirigi-los nem disciplina-los bem nas uteis praticas da lavoura aquelle que ignora a lingua; porque este exercicio pede frequente comunicação entre quem manda e quem obedece. (CANNEATTIM, 1859, p. VI)

Há, nesta passagem, uma afirmativa que vai de encontro com um grande número de produções de intelectuais dos anos noventa que, analisando o fenômeno da escravidão no continente africano, encaravam os escravos do ponto de vista estritamente jurídico, considerando-o não como um ser humano, mas sim como um objeto alienável e completamente submisso ao seu senhor. É justamente a tais abordagens que Claude Meillassoux, em seu ensaio teórico sobre a instituição da escravidão a partir de um viés antropológico, elabora crítica contundente, classificando-as como “ficções contraditórias e insustentáveis”, na medida em que ignoravam a necessidade constante

⁵³ ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. Tráfico de africanos para o Brasil. In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (orgs.). *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: NAU, 2014, p. 356.

do apelo à razão e à inteligência dos escravos no cotidiano de realização de suas tarefas.⁵⁴

Os homens de que trata Canne cattim neste trecho são, provavelmente, cativos que laboravam nas plantações agrícolas da África Central. Embora estivessem expostos à alienação, que se manifestava apenas em condições favoráveis, ou seja, no âmbito de instituições que permitiam a despersonalização do escravo – isto é, a guerra de captura e o chamado “mercado de escravos” –, o recurso à negociação era fundamental ao sucesso do projeto colonizador europeu no além-mar. Em outras palavras, as vivências partilhadas por grupos africanos e europeus eram reguladas de modo a atender às reivindicações de ambas as partes, embora o dia-a-dia fosse permeado por conflitos e por relações desiguais.

O mau aproveitamento das riquezas animais, minerais e vegetais de Angola, contudo, não era apenas atribuído ao desconhecimento da língua ambunda. As raras informações úteis ao “ensino em benefício das artes, das sciencias, da agricultura e do commercio”⁵⁵ que conseguiam coletar os viajantes e missionários durante sua estadia em África se perdiam, quer pelos altos índices de mortalidade dos europeus no continente africano, quer pelas dificuldades em assegurar que os descobrimentos fossem transmitidos a outrem antes de quaisquer eventualidades. Havia também as pragas locais que, devorando os manuscritos alocados nos arquivos da região, impediam que outrem tivesse acesso aos dados que recolheram os homens em suas viagens:

Assim mesmo aquellas noticias, que a fadiga de muitos annos e de muitos homens tinham descoberto, e que franqueadas ao publico deviam subministrar util ensino em beneficio das artes, das sciencias, da agricultura e do commercio, quis a desgraça que umas morressem no seio de seus descobridores, e outras sendo depositadas nos archivos de Angola viessem a servir de pasto á devoradora traça do paiz chamada salalé, insecto a cujas ruinas apenas escapam os marmores e os bronzes. (CANNECATTIM, 1859, p. VI)

Das entrelinhas do discurso de Canne cattim, aflora uma inquietação comum aos autores das diversas produções escritas da época, qual seja, a questão do alcance e da circulação das obras. Não restam dúvidas de que tal inquietação abarcava seu próprio trabalho, que visava atingir o maior número possível de leitores, dentre os quais se destacavam os administradores “coloniais” e os evangelizadores. Para o missionário, a

⁵⁴ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

⁵⁵ CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Op. Cit.*, 1859, p. VI.

ampla veiculação do *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina* e da *Collecção de observações grammaticaes* contribuiriam, ainda, para a emergência de novos estudos sobre a língua ambunda, de modo a superar as limitações de suas obras, aperfeiçoando-as.

Diferentemente, porém, do que declarava no texto introdutório do vocabulário de 1804, o apóstolo reconhece a dedicação de outros missionários em tornar o quimbundo inteligível aos eclesiásticos que se aventuravam pelo interior africano. Este, por exemplo, foi o caso do já mencionado António do Couto, padre da Companhia de Jesus, a quem o capuchinho inflige a primazia na ênfase ao imperativo do aprendizado da língua ambunda com a publicação, na década de 1640, do primeiro catecismo em quimbundo e em português, *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mistérios de nossa santa fé*, obra póstuma do também padre jesuíta Francisco Pacconio. Curioso notar que não há menção alguma à *Arte da Língua de Angola* composta no ano de 1697 por Pedro Dias, que, como se sabe, foi a primeira gramática do quimbundo.

Nas esparsas referências às obras com as quais teve contato, Bernardo Maria de Cannecattim lança luz sobre determinadas convicções que delineavam o acervo milenar do imaginário europeu, repleto de construções sociais acerca de terras longínquas a serem desbravadas e de povos que habitavam os confins do mundo desconhecido⁵⁶, numa perspectiva, no entanto, que desconstrói alguns estereótipos. Na sequência das inúmeras críticas direcionadas ao catecismo de Pacconio, para ele repleto de “muitos e gravísimos defeitos”, o que justificaria, inclusive, o fato de não ter se servido dele nas suas observações gramaticais, guiando-se unicamente pela “prática e experiência de vinte e um annos” no reino de Angola, o padre Bernardo afirma:

(...) com grave embaraço dos europeus se encontram no Cathecismo uma multidão de palavras excluidas do uso moderno, ou seja porque os abundos lhes têm insensivelmente substituido outras tambem abundas, ou porque têm adoptado palavras portuguezas, bundizando-as, e esquecendo pouco a pouco os verdadeiros e antigos termos da lingua bunda, que se lêem no Cathecismo, de que apenas alguns velhos conservam a memoria. (CANNECATTIM, 1859, pp. VIII-IX)

Ao presumir que a língua ambunda apresentava variações linguísticas, condicionadas por fatores de ordem social, cultural, política e econômica, que determinavam a permanência de uns vocábulos e o abandono ou a substituição de outros, o sacerdote da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos confere historicidade ao

⁵⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2009.

quimbundo, esvaziando-o de seu caráter estático. Daí a existência de diferentes termos abundos que já em finais do século XVIII e princípios do século XIX não eram correntes no dia-a-dia luandense. Todavia, a diversidade de situações linguísticas não se esgotava no interior do quimbundo. Este se manteve em constante renovação em meio a um contexto marcado por intensas trocas culturais entre os diferentes grupos sociais que circulavam na cidade de Luanda e nas áreas vizinhas.

Em Bernardo de Maria de Cannecattim, a temática dos intercâmbios culturais e das apropriações se faz presente, sobretudo, quando mencionada a adoção de palavras portuguesas por populações locais que as ressignificavam de acordo com realidades específicas. Ainda que a riqueza e a variedade dos termos da língua bunda conferissem aos seus falantes certa independência quanto aos vocábulos estrangeiros, o missionário italiano atribui ao avanço do processo colonizador as mais profundas interações entre as línguas angolense e portuguesa e, por conseguinte, o gradual abandono de alguns termos do quimbundo:

É porém de advertir, que assim estes termos desusados do Cathecismo, como outros, que por incuria dos naturaes ficam sepultados no cahos do esquecimento, fazem uma sensível falta na lingua bunda. E fique em perpetua lembrança, que devem com mais cuidado vigiar sobre a conservação e riqueza do idioma, não só para se não perderem os termos abundos presentemente usados, mas diligenciando descobrir outros, perguntando aos abundos que do sertão vem a Loanda, os quaes fallam melhor e com mais pureza a lingua; e conseguindo-se a abundancia de termos, se exprimirão as idéas energica e concisamente, sem dependência de fastidiosos e confusos circumloquios. (CANNECATTIM, 1859, pp. IX-X)

Tão essencial quanto recuperar as leituras de Bernardo Maria de Cannecattim seria inseri-lo no contexto histórico de produção de seu pensamento. Como salienta Adriana Romeiro⁵⁷, para apreender os processos de apropriação de um dado estoque cultural por um sujeito social há que se

(...) reconstruir a teia de relações sociais em que agem e reagem os indivíduos às trocas culturais, porque estas não explicam as razões de sua reinterpretação, nem iluminam o domínio mais concreto e cotidiano das vivências pessoais. (ROMEIRO, 1996, p. 212)

As últimas páginas da introdução às “Observações Grammaticaes sobre a lingua bunda ou angolense” são destinadas à origem da língua ambunda e às afinidades que esta mantinha com outras línguas africanas, fossem elas suas convizinhas ou não, num exercício que, embora lançasse luz sobre a pluralidade linguística que coloria a

⁵⁷ ROMEIRO, Adriana. *Um Visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Campinas, 1996.

África Central, estava inserido em um movimento mais amplo de ordenação desta diversidade, próprio do século XIX. Conquanto reafirmasse as inúmeras dificuldades em delimitar com exatidão o tempo e o lugar em que teria se dado o surgimento do quimbundo, Canneattim, demonstrando maior domínio geográfico da região centro-ocidental do continente africano que dantes, se ancora em evidências históricas várias para afirmar que a dita língua teria aflorado no interior, alcançando a costa oeste africana gradativamente:

(...) Conclue-se pois que a lingua bunda teve o seu nascimento no sertão do reino de Angola, em algum lugar dos domínios dos reinos apontados de *Cassáne'i*, *Matamba*, *Giáca*, *Libólu*, que julgo seriam todos no seu princípio de um mesmo senhor; e que em fim a mesma lingua se principiaria a chamar bunda, por allusão ás victorias alcançadas pela gente que a fallava. (CANNECATTIM, 1859, p. XII)

Quanto às semelhanças entre a língua ambunda e outros idiomas falados em África, destacam-se, ao longo do prefácio, as línguas dos *mah'ungos*, povos localizados no norte de Angola, e a língua *mócho-congueza*, também conhecida como língua do Congo. Semelhanças estas respaldadas pela constatação das muitas palavras que guardavam equivalentes ambundos, sendo a proximidade geográfica um fator igualmente importante. À língua do Congo, que supõe ter a mesma origem que o quimbundo, Bernardo Maria de Canneattim dedicou-se mais detidamente, elaborando um pequeno vocabulário que recebeu o título de “Diccionario abreviado da lingua congueza”. São traçados paralelos, ainda, entre a língua ambunda e os idiomas da nação dos *milúas*, que fazia divisa a norte e a leste com Cassanje, e da nação *benguela*, que se limitava com o quimbundo “ao sul de *Mutamba*, e ao sul de Angola até as margens do mar”⁵⁸.

Mas não eram apenas as línguas faladas nas áreas concomitantes ao reino de Angola que, aos olhos do capuchinho, guardavam similitudes com o quimbundo. Em regiões mais distantes, Canneattim identifica afinidades entre a língua ambunda e a língua hebraica, principalmente no que se refere ao grande valor assumido pelas letras e sílabas iniciais, e entre a primeira e a língua tupinambá, língua geral das costas do Brasil. De ressaltar que a comparação entre diferentes línguas era prática comum dos autores de catecismos, dicionários, gramáticas e obras similares ao longo do século XIX, a exemplo do alemão Sigismund Wilhelm Koelle que, após longa estadia em Serra

⁵⁸ CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Op. Cit.*, 1859, p. XIV.

Leoa, publicou, no ano de 1854, a *Polyglotta Africana*⁵⁹, um estudo comparativo de aproximadamente 300 palavras e frases em 160 idiomas africanos.

Ao traçar paralelos entre a língua ambunda e diversas outras línguas, Bernardo Maria de Cannecattim se lançava ao desafio de ordenação da diversidade linguística centro-africana que, anos mais tarde, assumiria novos contornos com o surgimento da categoria “banto”, que, antes da década de 1860, “não servia, nem na África nem alhures, no Brasil inclusive, de modo algum, para designar uma língua ou um grupo de línguas”⁶⁰. Proposta por Wilhem Bleek, em 1862, para se referir ao conjunto de línguas faladas na África subsaariana que se caracterizavam por um sistema comum de concordância, a denominação “banto” – até então empregada apenas para designar “pessoas” – “incluiria quase todas as línguas que hoje são reconhecidas como pertencentes ao tronco nigero-congolês – aquele que possui o maior número de línguas (1550), dentre os quatro troncos linguísticos africanos (...)”⁶¹.

As proximidades entre a nação ambunda e a nação conguesa e, por extensão, entre a língua ambunda e a língua conguesa são retomadas mais detidamente no prólogo do “Diccionario abreviado da lingua conguesa”, no qual Cannecattim postula terem ambos os idiomas uma mesma origem e família, tendo se diferenciado à medida em que as fronteiras entre os reinos de Angola e do Congo foram bem definidas. Importante sublinhar que, na perspectiva do sacerdote, as afinidades entre os dois povos extrapolavam o domínio linguístico, adentrando os diferentes domínios da vida social, política e religiosa. Para além de compartilharem os mesmos costumes, havendo grande semelhança entre suas cerimônias, eram regidos pelas mesmas leis e pelos mesmos modelos de organização governamental.

Com vistas a dar suporte à hipótese da procedência comum dos reinos de Angola e do Congo, Cannecattim oferece ao leitor uma série de exemplos que confirmariam a uniformidade entre as línguas ambunda e conguesa, discorrendo acerca da constituição e do emprego dos artigos, dos pronomes e dos verbos, entre outros domínios. De destacar que a busca de semelhanças e de uma origem comum entre o quimbundo e o quicongo insere-se igualmente em uma conjuntura mais ampla assinalada pelos esforços de

⁵⁹ KOELLE, S. W. *Polyglotta Africana, or a comparative vocabulary of nearly three hundred words and phrases, in more than one hundred distinct African languages*. London: Church Missionary House, 1854.

⁶⁰ BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, Jose Luis e PETTER, Margarida (org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 24.

⁶¹ PETTER, Margarida. Línguas do grupo banto. In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (orgs.). *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: NAU, 2014, p. 349.

ordenação e de classificação da diversidade linguística da África Centro-Occidental. Todavia, não nos deteremos nestas questões mais específicas, na medida em que o enfoque da presente pesquisa são as relações históricas e sociais no processo de formação de vínculos comunitários entre os escravos, africanos ou crioulos, e as demais categorias sociais em meio a processos de intercâmbios e contatos entre as línguas africanas e a língua portuguesa, e não propriamente os códigos e sistemas linguísticos, centrais para as reflexões de autores como Emilio Bonvini.

Será enfatizado, por outro lado, o processo de escrita do pequeno dicionário consagrado à comparação entre o quimbundo e o quicongo, apesar de no vocabulário constarem duas outras colunas, uma dedicada à língua latina e outra à língua portuguesa. As primeiras considerações dizem respeito à bagagem que permitiu a Bernardo Maria de Canecattim redigir a obra em questão. Agora, o principal obstáculo era não mais a carência de descrições, traduções e sistematizações das línguas africanas, e sobretudo da língua do Congo, mas sim a ausência de registros históricos e de memórias, fruto do suposto “atraso” dos habitantes da África Centro-Occidental.

Alheias à religião cristã, as populações nativas eram frequentemente descritas como idólatras e ignorantes, sendo alvo constante de perspectivas eurocêntricas que atribuíam quaisquer avanços em direção à tão propalada “civilização” à presença europeia na região. Em consonância com a plêiade de seus contemporâneos europeus, o pensamento do capuchinho italiano, pois, refletia concepções muito difundidas e compartilhadas, segundo as quais a África era um continente a-histórico, primitivo e bárbaro, estando as transformações rumo ao progresso tecnológico e civilizacional, como a introdução da escrita, condicionadas a agentes externos, responsáveis por reverter o suposto quadro de tradicionalismo e de estagnação no qual se encontravam os naturais da terra:

Portanto, faltando os socorros da historia, e sendo immemorial o tempo que tem decorrido desde a fundação d’esta monarchia, não é de admirar que nada se possa saber da sua origem, sucessão e antiguidade; e que tambem nada se possa alcançar a respeito da lingua que presentemente se falla, se nascêra no mesmo reino, se é lingua mãe ou filha de outra lingua do continente de Africa; tudo é incerto, tudo envolvido em um cahos de trevas. (CANNECATTIM, 1859, p. 111)

Estudos diversos concernentes a diferentes épocas e regiões mostram, no entanto, que a conservação da memória coletiva e a transmissão da tradição ao longo das gerações constituíam elementos centrais nas sociedades africanas, fato este

confirmado, por exemplo, pela figura dos *griots*, contadores de histórias que desempenhavam uma importante função social, qual seja: a preservação da palavra, da narração, do mito. Em outras comunidades, predominantemente orais, os *jeli* eram guardiães e intérpretes da história dos povos africanos.

Em toda a extensão das terras sob domínio português, o aprendizado das línguas africanas e a compilação de livros de caráter pedagógico serviram à manutenção do domínio colonial, cuja condição básica era justamente a possibilidade de existir comunicação entre as diferentes partes. Todavia, tais iniciativas não pressupunham a abertura de um canal na direção das culturas africanas. Do ponto de vista linguístico, o trabalho missionário operava uma normatização das línguas autóctones a partir do modelo latino, desconsiderando o ponto de vista quer da escravaria, quer de africanos e seus descendentes do outro lado do Atlântico. Como afirma Silvia Hunold Lara:

Iniciativas derivadas da intenção proselitista e catequética, destinavam-se todavia mais a difundir a cultura europeia do que a abrir um canal na direção das culturas indígenas e africanas. Do ponto de vista linguístico, o trabalho missionário operava uma normatização das línguas autóctones a partir do modelo latino, semelhante ao procedimento da tradução cultural praticada no terreno religioso. Surdos aos significados religiosos não europeus, utilizavam palavras julgadas convenientes para transmitir mais facilmente os princípios e doutrinas da cristandade. (LARA, 2002, p. 11)

A ênfase à imposição da prática de “traduzir para converter” com o simples intuito de garantir a continuidade do domínio europeu, fosse nas Américas, fosse em África, porém, corrobora o caráter estritamente utilitarista das obras linguísticas e realça o binômio colono *versus* colonizador, quando, ao contrário, as situações de contato se deram de formas as mais diversas possíveis. Ainda que não poupasse esforços em decodificar as línguas de Angola e do Congo agentes eclesiásticos e administradores “coloniais”, Bernardo Maria de Canecattim tinha a consciência das limitações à consolidação do projeto português no além-mar, muito determinada pela problemática do reconhecimento do “outro”.

Se por um lado, a aprendizagem da língua do “outro” atuava como metodologia de afirmação das relações de conquista, por outro, as situações de encontros culturais resguardavam inevitavelmente as possibilidade de negociação. Em artigo interessado em problematizar a função identitária das línguas, Pierre Guisan⁶² questiona a utilização

⁶² GUISAN, Pierre. Língua: A ambiguidade do conceito – Das ambiguidades, das suas dimensões e das novas perspectivas. In: BARRETO, Mônica Maria Guimarães Savedra e SALGADO, Ana Claudia Peters

ideológica de um objeto particularmente complexo. Postulando a existência de uma hierarquia entre as línguas e suas variantes como reflexo de escolhas políticas e de situações históricas específicas, o pesquisador elucida a influência que a visão do “outro” exercia na construção de dado discurso identitário:

Entretanto, é preciso aqui observar que, ao se vincular língua com identidade, fala-se também e, sobretudo, muito mais de *alteridade*, ou seja, em outras palavras, o discurso identitário expressa muito mais o que se pensa do outro, como este outro está representado, para que o sujeito da enunciação possa definir o que ele próprio *não é*. Mesmo assim, evidentemente, o discurso da alteridade – explicitamente sobre o Outro – revela antes de tudo o próprio sujeito enunciator. (GUISAN, 2009, p. 18)

Não há dúvidas de que no retrato que Bernardo Maria de Cannecattim desenha dos povos dos reinos de Angola e do Congo transparece um pouco de si e dos homens que deixavam o Velho Mundo em direção ao continente africano.

Os hábitos de leitura e o sistema de ensino luandense no século XIX: circulação e repercussão das obras de Cannecattim

Ao término do *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina* e da *Colleção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense*, e *Diccionario abreviado da lingua congueza*, Bernardo Maria de Cannecattim fora aclamado, em 30 de maio de 1805, Superior da Casa dos Capuchinhos de Lisboa, instituição destinada a albergar os missionários vindos da Itália com destino às missões de Angola e do Congo. Ali permaneceria até princípios de 1815, tornando a ocupar o cargo provavelmente em seis de julho de 1821. Importante salientar que no início do século XIX, houve tentativa de suprimir a referida casa por determinação do então ministro Silva Carvalho, que desejava a sua extinção para dela fazer o inventário judicial, como acontecera à morada dos capuchinhos franceses. Todavia, o cerceamento não efetivou-se em razão da queda do governo liberal português no ano de 1823.

Malgrado o núncio apostólico afirmasse a Roma em outubro de 1824 que o padre Bernardo além de muito velho e doente, era incapaz de infundir entre os moradores da Casa dos Capuchinhos Italianos de Lisboa subordinação e respeito, não obstante sua boa conduta. No entanto, nos anos de 1825 e de 1826, há referências de que o apóstolo ainda era superior desta casa, não sabendo precisar-se, porém, em que

(Orgs.). *Sociolinguística no Brasil: Uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: Edição 7 Letras, FAPERJ, 2009, pp. 17 -27.

momento deixou de o ser. Mesmo quando afastado de suas funções, continuou a viver junto a seus companheiros, até meados da década de 1830, ocasião em que os resultados da Guerra Civil Portuguesa trouxeram profundas transformações ao cenário religioso lisbonense.

Prevendo-se que todas as ordens religiosas fossem suprimidas, inúmeras medidas foram tomadas pelos liberais. Em nove de agosto de 1833, foram extintas todas as casas religiosas que não fossem habitadas por, no mínimo, dez missionários e, por decreto régio de 28 de maio de 1834, foram fechadas todas as ordens religiosas masculinas de Portugal e de seus domínios ultramarinos. Aos capuchinhos italianos, contudo, nada ocorreu até 29 de junho de 1834, data na qual o então Superior da Casa dos Capuchinhos Italianos de Lisboa, padre Luís de Taggia, recebeu ordem do governo português para que, junto a seus subordinados, tirassem o hábito e se vestissem como padres seculares, caso contrário não poderiam permanecer em Portugal. Para contornar a situação, optou-se por encerrar as atividades da Casa dos Capuchinhos Italianos de Lisboa e, em seguida, retornarem todos juntos à Itália. Bernardo Maria de Cannecattim, porém, morreria três horas após embarcar no barco que o levaria, acompanhado de outros sete capuchinhos, para a terra natal. Tinha 83 anos de idade.⁶³

E quanto às suas obras? Qual seria o destino de alguns exemplares dos livros escritos por Cannecattim? Publicados em Lisboa, os trabalhos do apóstolo alcançariam o tímido público letrado que circulava nos espaços que foram, outrora, palco de suas vivências em África?

Conquanto em princípios dos oitocentos não existissem na cidade de Luanda bibliotecas públicas, eram mais ou menos comuns as coleções particulares, como a do “filho do país”⁶⁴ Bernardino da Silva Guimarães, que conjugava um total de 68 volumes, com títulos como “As aventuras de Telémaco”, de Fénelon, “Contrato Social”, de Jean Jacques Rousseau, “Ciência do Governo”, “Princípios da Política e Discurso sobre a História Universal”, de Bossuet, “Geografia Universal” e “Tratado de Geografia”, ambos de Balbi. Mais impressionante era o acervo de Manuel Patrício Correia de Castro, composto por 416 obras, em sua maioria clássicos da antiguidade,

⁶³ FARIA, Francisco Leite de e NEGREIROS, Fernando de. *Op. Cit.*, pp. 77-78.

⁶⁴ Há que se ressaltar que a autodenominação de “filho do país”, “filho da terra” ou, ainda, “angolense” respondia, primeiramente, ao sentimento nativista de pertencimento à terra, indicando o local de nascimento de um grupo de indivíduos, no caso Angola. No entanto, o chamado “gentio” também nascera ali, mas não era abarcado pela dita designação. Isto porque, ser “filho da terra” não era apenas ser nativo daquela região. Igualmente primordial na sua configuração enquanto estrato social específico era o domínio de códigos culturais europeus, prerrogativa que se conservaria ao longo dos séculos.

leituras da Igreja Católica Romana e algumas obras da Ilustração.⁶⁵ Entretanto, a circulação de livros se faria sentir somente com a aproximação do fim do século, época em que verificou-se o desembarque de grandes carregamentos provenientes da Europa, notadamente de Paris. Tais publicações, porém, gozavam de alcance bastante restrito, na medida em que eram poucos os “angolenses” que dominavam uma língua europeia que não a portuguesa.⁶⁶

Fator indispensável à condição de cidadãos tão almejada pelos “filhos do país”, a instrução permanecia bastante precária, saltando aos olhos a penúria das escolas. Apesar de o ensino primário existir desde meados do século XIX, o aprendizado da leitura e da escrita não se dava necessariamente em instituições de ensino, assumindo o estado “colonial” apenas uma parte reduzida das responsabilidades concernentes à educação e à formação profissional. No ano de 1864, havia apenas 31 escolas nos territórios sob domínio português em Angola, das quais seis estavam em Luanda. Ali, a Escola Principal de Instrução Primária manteve de 100 a 200 alunos no período entre 1840 e 1880, em sua maioria negros e mestiços, e uma minoria de brancos filhos de degredados. O ensino secundário, que só iria firmar-se em 1919, limitou-se até então a iniciativas pontuais de alguns idealistas particulares, como o engenheiro brasileiro Francisco Pereira Dutra e o militar português Francisco António Pinheiro Baião, fundadores do Liceu de Angola, e o médico brasileiro Saturnino de Sousa de Oliveira, criador do Liceu Angolense.⁶⁷

Na maior parte das escolas régias e municipais dos centros administrativos portugueses, a instrução estava a cargo de professores majoritariamente párocos, enquanto nas missões o ensino seria intensificado somente a partir dos anos 1890, graças aos esforços de missionários católicos e protestantes. Além da falta de livros e da carência de educadores qualificados, eram comuns as reivindicações no sentido de adequar as escolas “coloniais” ao meio social a que se destinavam. Não obstante o interesse das famílias africanas pela instrução de seus filhos fosse revelada pelos mapas

⁶⁵ MARTINS, Maria João. “Formas de vida das elites”. In: *História*. Lisboa, ao XX, nº. 1, abril, 1998, pp. 22-25 *apud* MORENO, Helena Wakim. “*Voz d’Angola clamando no deserto*”: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2014, p. 80.

⁶⁶ MORENO, Helena Wakim. *Op. Cit.*, pp. 80-81.

⁶⁷ RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2012, pp. 30-31.

de frequência escolar⁶⁸, a adoção da Cartilha Maternal e o Método de João de Deus para alfabetizar em português mostrava-se bastante inoperante. Isto porque, a quase totalidade dos alunos tinham como língua materna o quimbundo, daí a insistência de alguns “filhos da terra” em implementar reformas pedagógicas que atendessem às necessidades não apenas dos jovens, mas também dos pais.⁶⁹

As propostas de reorientação escolar elaboradas pelos segmentos “angolenses” refletiam um movimento mais amplo de valorização de determinados aspectos das culturas autóctones, em resposta à corrente afirmação da inferioridade africana, legitimadora da dominação “colonial”. No contexto de retomada do Romantismo europeu, sobretudo alemão, na segunda metade dos setecentos, verificou-se no Ocidente um gradual engrandecimento das tradições populares, agora entendidas como reflexo do gênio criativo dos diferentes povos, e do folclore africano, que ecoou nas atitudes de “filhos do país” que, conquanto se orgulhassem de dominar o português, começaram a zelar cada vez mais pelo quimbundo.⁷⁰

Datam desta conjuntura inúmeras iniciativas com vistas à tornar inteligível a língua ambunda, como a publicação, em 1864, de uma gramática intitulada *Elementos gramaticais da língua mbundu*, formulada pelo brasileiro Saturnino de Sousa Oliveira e pelo “angolense” educado no Brasil Manuel de Castro Francina, que contaram, ainda, com a importante colaboração de José de Moraes Junior, nascido no Brasil e residente em Luanda. Na esteira dos estudos sobre o quimbundo, destacaram-se as obras *Karivulu pala ku ri longa kutanga kimbundu* (1888), *O Njimbu ia mbote kua Nzuá* (1888), *Vocabularies of Mbamba and Umbangala* (1889), *Grammatica do Kimbundu* (1888-1889) e *Grundzüge des Kimbundu oder der Angola-Sprache* (1889-1890), todas de autoria do missionário metodista suíço Héli Chatelain.⁷¹

⁶⁸ Em 1901, dos 1802 alunos que frequentavam as escolas primárias, 1290, isto é, 70%, eram negros. (FREUDENTHAL, Aida Faria. Angola. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Op. Cit.*, p. 417)

⁶⁹ FREUDENTHAL, Aida Faria. Angola. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Op. Cit.*, pp. 416-419.

⁷⁰ MARZANO, Andrea. *Op. Cit.*, 2014, p. 113.

⁷¹ De acordo com Helena Wakim Moreno, as principais obras sobre o quimbundo publicadas até finais do século XIX podem ser divididas em dois grandes grupos, distinguindo as iniciativas motivadas por questões religiosas e por questões literárias. No primeiro grupo, além das publicações de Héli Chatelain anteriormente mencionadas, figuram *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mistérios de nossa santa fé* (1642), obra póstuma do padre jesuíta Francisco Pacconio, *Arte da Língua de Angola* (1697), de Pedro Dias, também da Companhia de Jesus, *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina* (1804) e *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense, e Diccionario abreviado da lingua congueza* (1805), ambas do missionário capuchinho italiano Bernardo Maria de Cannecattim, e *Explicação de Doutrina Cristã* (1855), de F. de Salles Ferreira. Já entre os impressos fundamentados em pretextos literários, pode-se mencionar: *Elementos gramaticais da Língua*

Nos jornais da efervescente imprensa luandense, a valorização da língua ambunda também se fazia sentir, sobretudo com a publicação de dois periódicos editados em português e em quimbundo: o *Mukuarimi* (1888), que significa “linguarudo” e que pertencia ao lusitano Alfredo Troni, e o *Muen’exi* (1889), que quer dizer “o senhor da terra”.⁷² Em 1888, à semelhança de Joaquim Dias Cordeiro da Matta, que se destacou na recolha de provérbios ambundos⁷³, *O Futuro d’Angola*⁷⁴ divulgou uma série de adágios em quimbundo, expressando particular preocupação com a forma escrita de um idioma exclusivamente oral até o primeiro quartel do século XVII, quando foram registrados os primeiros esforços de decodificação da dita língua. Preocupação esta já presente dois anos antes em artigo de João Ignacio de Pinho, professor da escola filial do Seminário Diocesano de Luanda⁷⁵, intitulado “Apontamentos para o dicionário da lingua angolense”. Neste, o “filho da terra” criticava as tentativas frustradas de homens que, por desconhecimento, atribuíam significados equivocados a determinadas palavras:

(...) Cabálangá, diminutivo do substantivo colectivo Quibálangá, não significa praça nem largo, como erradamente se diz, por se não perguntar a pessoas competentes; mas sim, sociedade, reunião, ajuntamento, etc; e, para convenceremos ao leitor apresentamos o adajío seguinte que confirma a nossa exposição (...). (*O Futuro d’Angola*, nº 24, 12 de março de 1886)

Também nas páginas do periódico *O Angolense*, liam-se referências à aprendizagem do quimbundo. Em 1917, por exemplo, anunciava-se que em breve tornaria público “um

N’bundu (1864), de autoria do Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e de Manuel Alves de Castro Francina; *Filosofia Popular em Provérbios Angolenses* (1891); *Cartilha Racional* (1892) e *Diccionario Kimbundu-Portuguez* (1893), ambas de Joaquim Dias Cordeiro da Matta. (MORENO, Helena Wakim. *Op. Cit.*, p. 105)

⁷² MORENO, Helena Wakim. *Op. Cit.*, p. 102.

⁷³ Jornalista, poeta, cronista, romancista, filólogo e folclorista, Joaquim Dias Cordeiro da Matta notabilizou-se pela defesa dos interesses dos “filhos do país”, publicando duas importantes obras, *Filosofia popular em provérbios angolenses*, de 1891, e *Ensaio de dicionário quimbundo-português*, de 1893. (MARZANO, Andrea. *Op. Cit.*, p. 114)

⁷⁴ Periódico fruto da iniciativa de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo e com tipografia própria situada na Rua Direita do Bungo, *O Futuro d’Angola* circulou na cidade de Luanda no período entre 4 de março de 1882 e 15 de junho de 1894, quando atingiu seu último exemplar, totalizando uma tiragem de 206 números. Inseria-se em uma série mais ampla de jornais que, concebidos enquanto espaços de articulação de grupos miscigenados culturalmente – embora adeptos de um padrão de protesto reivindicativo inserido nos limites não somente das leis “coloniais”, mas também das próprias estratégias forjadas pelos “filhos da terra” na luta cotidiana pela manutenção de seu prestígio social e político –, foram fundamentais para a posterior emergência de posturas de contestação política urbana mais direta contra os excessos da metrópole.

⁷⁵ *O Futuro d’Angola*, nº 102, 5 de junho de 1888.

método prático para aprender quimbundo”⁷⁶, provavelmente mais para atender às novas demandas do comércio com o interior do que num movimento de valorização das culturas ditas “tradicionais”.

Os esforços orientados para o alargamento da compreensão de determinadas expressões culturais locais se faziam sentir, ainda, na criação, por portaria episcopal datada de 22 de fevereiro de 1886, de uma aula de línguas africanas no seio do Seminário Diocesano de Luanda, que, destinado à formação de clérigos nativos, promovia igualmente o ensino de disciplinas a nível secundário (Português, Latim, História, Geografia, Filosofia e Direito Natural). E nesta iniciativa de D. António Tomás da Silva Leitão e Castro, bispo da diocese de Angola e Congo entre 1884 e 1891, nos deparamos com um importante indício da circulação e do sucesso da *Colleção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense, e Diccionario abreviado da lingua conguesa*.

Posicionando-se nitidamente contrário à determinação do “Prelado da diocese de Angola e Congo”, José de Fontes Pereira – advogado por provisão⁷⁷ que compunha a plêiade de redatores d’*O Futuro d’Angola* – afirmava ter a dita autoridade eclesiástica justificado a pertinência da resolução de instituir classes “para o ensino da língoa *ambunda*, com o fim de que os missionarios podessem com mais facilidade ensinar as tribos indigenas não só as belezas da nossa religião, mas ainda os preceitos mais salutares da civilização portugueza”⁷⁸ a partir de algumas sentenças extraídas do texto introdutório elaborado em 1805 por Bernardo Maria de Cannecattim, sobretudo àquelas referentes à abrangência espacial do quimbundo.

A gramática da língua *ambunda* em foco, porém, não chegaria apenas às mãos do superior da Prelatura. Questionando os muitos benefícios da introdução de aulas de

⁷⁶ *O Angolense*, Luanda, 29 de setembro de 1917, Seção Anúncios, p. 4 *apud* MARZANO, Andrea. *Op. Cit.*, p. 114.

⁷⁷ Designação empregada para tratar dos indivíduos que, embora não possuíssem licenciatura formal em Direito, podiam obter licenças do juiz da Relação para praticar nos tribunais das províncias ultramarinas pelo período de 10 anos, de acordo com decreto de 13/5/1869. (DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.). *Op. Cit.*, p. 532)

⁷⁸ *O Futuro d’Angola*, nº 29, 30 de abril de 1886. As determinações da portaria da criação de uma “escola estabelecida na Nazareth, em que se ensinam as línguas africana e portugueza” pelo bispo D. António Tomás da Silva Leitão e Castro seriam publicadas meses mais tarde em artigo intitulado “Escola”, dedicado à defesa da iniciativa do “illustre prelado” em promover o aprendizado da língua indígena pelos sacerdotes, com vistas a cumprirem o seu dever de doutrinação e de civilização dos “pretos”: “É necessario que os missionarios conheçam as línguas africanas para que sejam proveitosamente entendidos por aqueles a quem vão missionar, e que, a exemplo do que faziam os ecclesiasticos antigos, se empenhem deveras pela sua illustração e educação”. (Ver *O Futuro d’Angola*, nº 44, 04 de setembro de 1886)

quimbundo no Seminário Diocesano de Luanda apontados por D. António Tomás da Silva Leitão e Castro, Fontes Pereira recorda da primeira vez que tivera contato com a obra, ainda na década de 1840:

“A primeira grammatica d’esta lingua que lemos ha talvez 40 annos, era escripta pelo frade capuxinho italiano, José de Canecatim, sendo acompanhada d’um dictionario mixto composto das linguas – portugueza – latina – ubunda e congueza. – Ja n’aquelle tempo a lingua nbunda differia notavelmente da dita grammatica, e se então haviam filhos do paiz antigos que sabiam verter na lingua nova as palavras velhas, hoje seria quase nulla, se não nulla completamente essa grammatica pelos portuguesismos de que se acha eivada, em consequencia das mutuas relações que existem entre os europeus portuguezes e os indigenas.” (*O Futuro d’Angola*, nº 29, 30 de abril de 1886)

Na passagem, o despropósito da criação de classes para a instrução dos evangelizadores em quimbundo fundamentava-se na constatação dos inúmeros equívocos verificados nas obras compostas por Bernardo Maria de Cannecatim, justamente nas quais o referido Prelado assentava suas razões. Equívocos estes expressos nos distanciamentos que o idioma dado a ler pelo capuchinho sustentava quando confrontado com a língua falada nos vários domínios da vida cotidiana de Angola, mesmo pelos “filhos do paiz mais antigos”. Nas palavras do periodista, que deixava entrever a expressividade do quimbundo como língua de contato entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos que, não necessariamente, o tinham como língua materna: “É raro encontrar-se actualmente um filho ou filha d’este paiz que sustente um dialogo em *ambundo*, sem que introduza n’elle a sua rajada em portuguez”.

No tocante ao aprendizado do quimbundo por padres e missionários comprometidos com a doutrinação das populações locais, mais proveitosa seria, no entender do “filho da terra”, a consulta à descrição formal das regras e características da língua *ambunda* elaborada em 1860 conjuntamente pelo médico brasileiro Saturnino de Sousa de Oliveira, futuro criador do Liceu Angolense, e Manuel de Castro Francina, “filho de Loanda, muito intelligente e empregado publico”. Apesar de a gramática “se ressentir de palpaveis defeitos notados n’aquelle tempo”, julgava-se dever das camadas letradas “vulgarizar aquelle trabalho que tanto honra a litteratura angolense, cujo germen começa agora a desabrochar; – e não só por isso, como para tornar lembrados aquelles dous nomes simpathicos e distinctos, a cuja memoria nos curvamos reverentemente”. Tratava-se da gramática denominada *Elementos gramaticais da lingua mbundu*, de 1864, que, repleta de exemplos emprestados à produção literária dita

“tradicional”, se ajustava ao impulso de recobrar aspectos das culturas autóctones em contestação à tão propalada inferioridade africana.⁷⁹

Embora as contendas em torno da relevância das medidas promulgadas pelo bispo da diocese de Angola e Congo à propagação da fé católica nas áreas litorâneas e nos sertões da África Central se estendessem ao longo de diversos números d’*O Futuro d’Angola*, Bernardo Maria de Cannecattim não seria mais alvo de mau julgamento. Pelo menos não no periódico da florescente imprensa luandense. Na mesma época, a coleção gramatical do padre capuchinho seria duramente criticada por Héli Chatelain no prefácio à *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Lingua de Angola*. Saindo em defesa da obra póstuma do padre jesuíta Francisco Pacconio e postulando a preeminência dos soldados na Companhia de Jesus nas empreitadas linguísticas, o missionário metodista suíço esvazia as produções escritas compiladas por Cannecattim de quaisquer valor lexical ou gramatical:

Em 1804, o capuchinho italiano Fr. Bernardo Maria de Cannecattim deu á luz o seu prolixo e confuso << Diccionario da lingua bunda ou angolense >> com traducção latina e portugueza, seguido no anno seguinte da sua << Collecção de Observações grammaticaes sobre a lingua bunda etc., >> obra que teve a honra de uma segunda edição em 1859. Estes trabalhos são respeitaveis pelas excellentes intenções do autor. Os Prefacios de ambos são muito interessantes historicamente e conteem muitas bouas cousas sobre a conveniencia para os portuguezes de aprenderem a lingua dos indigenas, sendo, todavia, para lastimar a forma por que o autor falla dos pretos, chamando-lhes << estes brutos etc. >> Emquanto ao seu valor lexicologico e grammatical sentimos dever aplicar-lhes o que Cannecattim diz do Cathecismo (...). (CHATELAIN, 1888-89, p. XVII)

Quais foram os caminhos percorridos pelos exemplares do *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina* e da *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense*, e *Diccionario abreviado da lingua conguesa* até as mãos de homens como D. António Tomás da Silva Leitão e Castro, José de Fontes Pereira e Héli Chatelain, não se sabe. Sem embargo, tratava-se de indivíduos que guardavam entre si uma relação bastante próxima, como consta da área reservada n’*O Futuro d’Angola* para que Chatelain tornasse pública a comercialização de sua gramática, cuja cópia fora enviada em primeira mão à redação do jornal⁸⁰: “*Vende se na Missão Americana*, em Loanda – Dondo – Nhangue a Pepe –

⁷⁹ MARZANO, Andrea. *Op. Cit.*, 2014, p.113.

⁸⁰ *O Futuro d’Angola*, nº 130, [?] de junho de 1889.

Pungo Andongo e Malange. Preço 1350 réis”⁸¹, e para que requisitasse auxílio para proceder ao aprimoramento de seus trabalhos de decodificação da língua ambunda:

COM O FIM DE COMPLETAR E aperfeiçoar o nosso *Diccionario do Kimbundo*, e algumas outras obras linguisticas em composição, pedlmos [sic] o concurso de todos os amigos da sciencia. para nos fornecerem um ou mais dos trabalhos que aqui vão enumerados (...). (*O Futuro d’Angola*, nº 146, 11 de maio de 1890)

Os intercâmbios entre Héli Chatelain e os redatores do boletim “angolense” também são vislumbrados no texto introdutório da sua gramática:

Não nos consta que alguma colleção de proverbios em kimbundu fosse publicada antes da pequena que sahi á luz no « Futuro d’Angola » de 1888. Durante a nossa estada no sertão d’Angola colligimos uns cincoenta proverbios. Para a grammatica démos a preferencia aos do « Futuro d’Angola » para que viessem comprovar a exactidão das nossas regras.” (CHATELAIN, 1888-89, p. XIX)

De todo modo, a fortuna crítica recuperada através das páginas d’*O Futuro d’Angola* e da *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Lingua de Angola*, somada à constatação da publicação da *Colleção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense*, e *Diccionario abreviado da lingua conguesa* em duas edições, uma de 1805 e a outra de 1859, constitui importante vestígio dos espaços linguístico-históricos de circulação das obras produzidas por Bernardo Maria de Cannecattim em princípios do século XIX.

⁸¹ *O Futuro d’Angola*, nº 132, 5 de julho de 1889, nº 133, 23 de julho de 1889, nº 137, 24 de outubro de 1889, nº 138, 23 de novembro de 1889, nº 140, 26 de novembro de 1889, nº 141, 13 de janeiro de 1890, nº 142, 26 de janeiro de 1890, nº 143, 22 de março de 1890, nº 144, 15 de abril de 1890, nº 146, 11 de maio de 1890, nº 147, 26 de maio de 1890, nº 152, 29 de agosto de 1890, nº 153, 12 de setembro de 1890, nº 154, 6 de outubro de 1890, nº 157, 28 de novembro de 1890.

Referências bibliográficas e documentais

Dicionários, gramáticas, instrumentos de pesquisa e obras de referência

CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Diccionario da lingua bunda ou angolense explicada na portugueza e latina*. Lisboa: Impressão Régia, 1804.

_____. *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua de Lunda, ou Angolense, e Diccionario abreviado da lingua congueza*. Lisboa: Impressão Régia, 2ª edição, 1859.

CHATELAIN, Héli. *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Lingua de Angola*. Genebra: Typ. De Charles Schuchardt, 1888-1889.

O Futuro d'Angola – do nº 1, de 4 de março de 1882, ao nº 157, de 28 de novembro de 1890 – Biblioteca Municipal de Luanda

Obras Gerais

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (orgs.). *África-Brasil: Caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, pp. 15-25.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, Jose Luis e PETTER, Margarida (org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

FARIA, Francisco Leite de e NEGREIROS, Fernando de. *Os Capuchinhos em Portugal: Memória de um Cinquentenário (1939-1989)*. Lisboa: Difusora Bíblica, 1990.

FERREIRA, Roquinaldo. *Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Micro-Escala do Tráfico de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX*. In: Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 10, nº 20, Jan. – Jun. 2006, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 33-59.

_____. *Cross-Cultural Exchange In The Atlantic World: Angola and Brazil During The Era of The Slave Trade*. Cambridge University Press, 2012.

GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita: Missionários Capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 2008.

GUISAN, Pierre. Língua: A ambiguidade do conceito – Das ambiguidades, das suas dimensões e das novas perspectivas. In: BARRETO, Mônica Maria Guimarães Savedra

e SALGADO, Ana Claudia Peters (Orgs.). *Sociolinguística no Brasil: Uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: Edição 7 Letras, FAPERJ, 2009, pp. 17-27.

HEYWOOD, Linda M. De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 101-124.

ISICHEI, Elizabeth Allo. *A History of Christianity in Africa: From Antiquity to the Present*. Lawrenceville, New Jersey: Africa World Press Inc, 1995.

JORDÃO, Lia Ramos. *Nada de Intérpretes*. Revista de História, 01/05/2012.

LARA, Sílvia Hunold. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. In: BASTOS, Cristina et alli (orgs.). *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 205-225.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 469-497.

_____. Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

_____. Língua e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII. In: Mattos, Regiane de. *Áfricas: Histórias, identidades e narrativas*. Coletânea organizada a partir da Semana de África da PUC-Rio, maio de 2014 (em processo de publicação).

MARZANO, Andrea. “Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda”. In: MELO, Victor Andrade de.; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (orgs.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 71-99.

_____. Cantigas desaforadas e outras injúrias: o português e o quimbundo em Luanda (1870-1930). In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (orgs.). *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: NAU, 2014, pp. 105-119.

MORENO, Helena Wakim. *“Voz d’Angola clamando no deserto”*: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2014.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. Crisandade controversa: jesuítas x capuchinhos na cristianização da África Centro-Occidental durante o século XVII. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PEPETELA. “Breve resenha do crescimento de Luanda”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, número 32. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, dezembro de 1997, pp. 237-244.

PINHEIRO, Claudio Costa. Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade. In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do. *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, pp. 29-64.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandade Negras, Experiências Escravas e Identidades Africanas na Bahia Setecentista*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em março de 2005.

RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2009.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 131-40, 2004.